

# **A Revelação de Deus-Amor no Mistério Pascal de Jesus Cristo**

## ***Resumo***

*Retomando reflexões suas em artigos anteriores nesta revista, o autor reflete sobre o mistério pascal de Jesus Cristo como revelação de Deus que é Amor. A reflexão se concentra sobre a paixão e morte de Jesus, para, então, esclarecer a conexão entre esta e a consequente ressurreição e ascensão ao Céu. Depois de ter apresentado e refutado a explicação do sacrifício expiatório de Cristo pela substituição penal e pela ira ou justiça punitiva de Deus, expõe, respeitando os dados da S. Escritura, como o amor divino se revela na paixão e morte de Jesus como sacrifício expiatório. Deste modo, se reconhece no Mistério Pascal a manifestação do amor divino benevolente (amor-bondade), que é, ao mesmo tempo, amor justo e santo, sábio e todo-poderoso. Mas a máxima revelação deste amor é a misericórdia divina, manifestada em e por Jesus Cristo em Sua paixão e morte, com a consequente glorificação. Este amor misericordioso é explicado como o resultado do conjunto das características de bondade, justiça, santidade, sabedoria e onipotência do amor divino. Por fim, se apresenta uma reflexão sobre este amor divino como amor de cada uma das três pessoas divinas, segundo a propriedade pessoal de cada uma na vida trinitária e, consequentemente, na obra da salvação.*

## ***Summary***

*Returning to his reflections in previous articles in this journal, the author reflects on the paschal mystery of Jesus Christ as the revelation of God who is Love. The reflection focuses on the passion and death of Jesus, and then clarifies the connection between this and the consequent resurrection and ascension into heaven. After having presented and refuted the explanation of Christ's atoning sacrifice by penal substitution and by God's wrath or*

*punitive justice, he explains, respecting the data of Scripture, how divine love is revealed in the passion and death of Jesus as an expiatory sacrifice. In this way he recognizes in the Paschal Mystery the manifestation of benevolent divine love (loving-kindness), which is at once just and holy, wise and all-powerful. But the highest revelation of this love is divine mercy, manifested in and by Jesus Christ in his passion and death, with its consequent glorification. This merciful love is explained as the result of the combined characteristics of goodness, justice, holiness, wisdom and omnipotence of divine love. Finally, a reflection is presented on this divine love as the love of each of the three divine persons, according to the personal property of each in the Trinitarian life and, consequently, in the work of salvation.*

\* \* \*

## Introdução

Por vários artigos nesta revista “Sapientia Crucis”, procurei contribuir para uma compreensão mais aprofundada do mistério da cruz do Senhor.<sup>1</sup> É um mistério central da nossa fé cristã, sendo de importância capital entendê-lo bem, sem “esvaziar a força da cruz de Cristo” (1Cor 1,17) nem interpretá-la mal.

Para uma compreensão certa do mistério da cruz precisa vê-lo à luz do mistério de *Deus Uno e Trino*. É o que, aliás, vale para todos os outros mistérios da fé cristã. O Catecismo da Igreja Católica o afirma com a desejável força e clareza: “O mistério da Santíssima Trindade é o mistério central da fé e da vida cristã. [...] É, portanto, a fonte de todos os outros mistérios da fé, é a luz que os ilumina. É o ensinamento mais fundamental e essencial na «hierarquia das verdades de fé»” (CIC 234).

Por outro lado, também é verdade que através da paixão e morte de Jesus Cristo na cruz *Deus Se revelou* a nós, e não se trata de um aspecto

---

<sup>1</sup> Particularmente: *O porquê da Cruz (I)*: 1 (2000), 65-85; *O porquê da Cruz (II)*: 2 (2001), 25-55; “*Deus amou tanto o mundo que enviou-nos Seu Filho como vítima de expiação pelos nossos pecados*”. *Para uma compreensão e vivência da expiação cristã*: 8 (2007), 21-123.

secundário mas propriamente *central* da revelação divina na história. Por isso, é tanto mais importante e decisivo ter uma ideia clara e certa a respeito da paixão e morte de crucificação do Filho de Deus encarnado.

Para isso, precisa alargar os horizontes. Pois não se pode entender da maneira certa a paixão e morte de Jesus na cruz,

se não se olhar também para Sua ressurreição e ascensão ao Céu, isto é, para *todo* o Seu *mistério pascal*, que é a Sua passagem deste mundo ao Pai, e

se não se tomar em consideração também *toda a Sua vida* e Seus *ensinamentos* durante a Sua vida pública;

precisa até mesmo ir às “raízes” da Sua vida, ao reconhecimento da Sua *vinda do Pai Celeste*, da Sua “*missão*” por parte do Pai. É deste modo que chegamos ao mistério de Deus em Si mesmo, de Deus Uno e Trino, que é a *origem* e o *fim* do mistério da cruz do Senhor Jesus Cristo.

No primeiro dos mencionados artigos, procurei fazer reconhecer uma “raiz” do mistério da cruz em Deus mesmo, em Deus-Amor, Pai, Filho e Espírito Santo.<sup>2</sup> Descobrir tal “raiz”, porém, só é possível se se entender o mistério da cruz do Senhor verdadeiramente como um mistério de *amor*. É exatamente isso que São João Apóstolo afirma quando, em sua primeira carta, escreve: “Nisto consiste o amor: não fomos nós que amamos a Deus, mas foi ele que *nos amou* e *enviou o seu Filho* como *vítima de expiação* pelos nossos pecados” (1Jo 4,10). Vê-se aqui que precisa combinar os conceitos “amor” e “expiação”. Segundo a afirmação de São João, o discípulo que estava junto do Senhor crucificado no Gólgota, os dois conceitos, “amor” e “expiação”, combinam perfeitamente, tanto que o amor do Pai se manifestou exatamente no fato que Ele enviou Seu Filho como “expiação” ou “vítima de expiação” (ἱλασμός) pelos pecados dos homens. No entanto, muitos encontram dificuldades em combinar o Deus-Amor com o *sacrifício expiatório* de Jesus crucificado. Por isso, ou se nega ou desvirtua a realidade da expiação, com o pretexto de querer ressaltar o amor divino na obra redentora, ou, querendo salientar a realidade da expiação, não se reconhece plenamente o amor de Deus no envio do Filho para morrer desta maneira tão cruel.

O que, em todo caso, temos de reter é que a paixão e morte de Jesus na cruz, ou melhor, todo o Seu mistério pascal é *revelação de Deus*. Surge,

---

<sup>2</sup> Cf. *O porquê da Cruz (I)*, em *Sap. Cruc.* 1 (2000), 70-73.

então, a pergunta: *o que Deus revela de Si mesmo no mistério pascal de Jesus?* Quais dos Seus atributos se manifestam aqui?

## **I. A questão: os atributos de Deus que se manifestam na paixão e morte de Jesus na cruz**

O mistério pascal de Jesus Cristo, isto é, Sua paixão e morte na cruz com a consequente ressurreição e ascensão ao Céu, é o ponto culminante do cumprimento da Sua missão recebida do Pai. É a “hora” para a qual veio (cf. *Jo* 12,23.27; 13,1; cf. 7,30; 8,20). Ora, se tudo na vida do Filho encarnado nesta terra é revelação de Deus, o Seu mistério pascal é o *ponto culminante* dessa *revelação*. Como diz bem o Catecismo da Igreja Católica, “toda a vida de Cristo é *Revelação* do Pai: suas palavras e seus atos, seus silêncios e seus sofrimentos, sua maneira de ser e de falar. Jesus pode dizer: «Quem me vê, vê o Pai» (*Jo* 14,9)” (*CIC* 516). Isto vale, de um modo especial, de Cristo crucificado. Quem vê *Jesus crucificado*, vê o *Pai*! Eis o desafio para a nossa compreensão.

A paixão de Jesus é revelação de Deus. Quanto a isso, não pode haver dúvida. Mas, o que é aquilo que a paixão e a morte de Jesus revelam de Deus? Qual é o Deus que Se revela na paixão de Seu Filho encarnado? O Deus da ira, da justiça inexorável que castiga? O Deus do amor, da misericórdia infinita? O Catecismo da Igreja Católica diz: “Tendo Nosso Senhor se feito homem para cumprir a vontade do Pai, os mínimos traços dos seus mistérios nos manifestam «o amor de Deus por nós»” (*CIC* 516). Isto vale também e até mesmo de um modo especialíssimo para a paixão de Jesus?

Uma vez que Deus quis a paixão de Jesus como sacrifício *expiatório*<sup>3</sup>, deve-se reconhecer nela uma *manifestação particular da ira divina*, suscitada pelos pecados dos homens, ou uma *obra da justiça punitiva* ou da justiça que exige uma compensação pela ofensa de Deus? Se afirmarmos tal ira ou justiça, *como conciliá-las com o amor divino* que se revelou em Jesus?

Não nos podemos desembaraçar do problema negando o valor expiatório ou propiciatório da morte de Jesus e interpretando simplesmente a paixão como dom que o Pai fez de Seu Filho, e o Filho, enviado pelo Pai, fez de Si mesmo à humanidade. Este dom é essencial, sem dúvida

---

<sup>3</sup> Cf. *1Jo* 4,10 (2,2); *Jo* 10,18; *Mt* 26,39.42; *Mc* 14,36; *Lc* 22,42.

alguma, mas o Pai enviou Seu Filho como *expição* pelos pecados dos homens, e Jesus mesmo deu Sua vida como preço de *resgate* oferecido pela humanidade pecadora (cf. *Mt* 20,28).

Em sua carta aos Romanos, São Paulo faz uma afirmação que alude ao sacrifício expiatório no Templo: Deus tinha predestinado Cristo como “propiciatório”<sup>4</sup>, “*a fim de manifestar a Sua justiça*, por causa da tolerância usada para com os pecados anteriores, na [no tempo da] paciência de Deus” (*Rm* 3,25). Em outros lugares, as expressões de São Paulo são mais fortes ainda, quando parecem sugerir um descarregar-se da ira divina sobre Cristo: “Cristo resgatou-nos da maldição da Lei, *feito maldição* por nós, porque está escrito: Maldito todo aquele que é suspenso ao madeiro” (*Gl* 3,13). Deus “*fez a Ele pecado por nós*” (*2Cor* 5,21).

Como entender, na paixão redentora de Jesus, o papel do amor, da misericórdia, da ira, da justiça de Deus? Precisa pesar as diversas partes, de modo que uma diminuirá ou restringirá a outra? Precisa negar uma para afirmar a outra? A questão é de máxima importância, pois é a *inspiração principal* de toda a obra de salvação que é posta em questão.

## **II. A explicação da paixão e morte de Cristo pela substituição penal e pela ira divina**

### **1. A explicação**

Para levar plenamente a sério as afirmações da S. Escritura a respeito do *sacrifício expiatório*, uma corrente teológica explicou a paixão e morte redentora de Cristo com a *ira divina*.<sup>5</sup> Tais teólogos pensaram que Deus, irado pelos pecados da humanidade, fez recair Sua ira sobre Jesus. Os reformadores protestantes do século XVI levaram esta teoria até as consequências extremas. Como se chega a pensar isso?

É que, segundo a S. Escritura, Cristo sofreu e morreu “em lugar dos pecadores”. Ora, uma vez que a morte é punição do pecado<sup>6</sup>, se era levado naturalmente a pensar que a morte de Cristo fosse um castigo, sendo Ele

---

<sup>4</sup> Cf. *Ex* 25,17; *Lv* 16,15; *Hb* 9,5.

<sup>5</sup> Seguimos aqui e em seguida a exposição de Jean Galot em seu livro *Gesù liberatore* (Firenze 1978), a partir da página 158.

<sup>6</sup> Cf. *Gn* 2,17; 3,19.22-24; *Rm* 5,12.

*punido em lugar dos pecadores*. É o que sugere Is 53,5: “O castigo caiu sobre ele para nossa salvação, nós fomos curados pelas suas chagas”.

Na tradição mais antiga, encontram-se alguns textos sugerindo tal ideia, mas nada de exposição sistemática da mesma. Note-se também que a afirmação que “Jesus pagou a dívida de todos os homens” contém a ideia da “substituição” e não necessariamente a da “punição”. Na Idade Média, a ideia da “punição” de Cristo – sendo castigado por Deus – encontra pouco eco. Apenas depois da Reforma protestante há, na teologia e, sobretudo, na pregação católica, toda uma corrente de pensamento que assumiu essa ideia.

O que disseram os *reformadores protestantes*?

Lutero colocou esta ideia no centro da sua teologia da redenção: Deus carregou sobre Cristo todos os nossos pecados, e isto de tal modo que fez d’Ele o pior pecador.<sup>7</sup> Por isso, Cristo *devia suportar a ira e a maldição divina*. Na paixão, Ele devia sofrer os *tormentos do inferno*, porque sendo ao mesmo tempo “*justo perfeito e perfeito pecador*”, Ele era “*perfeito bem-aventurado e perfeito condenado*”. Não somente aos olhos dos *homens* devia sentir-Se maldito, mas também por *Deus*. Sentia-Se *objeto da ira eterna* de Deus, via-Se abandonado e rejeitado por Deus. Em Sua alma foi atormentado *como os condenados*.

Para Lutero, Cristo, embora substancialmente inocente, é verdadeiramente identificado por Deus com o pecado do mundo. Isto significa que pelo próprio *Pai* foi considerado pecador e maldito e experimentou o tormento do inferno merecido pelos pecados.

Calvino também afirma que Cristo foi “pecador”.<sup>8</sup> Mas ele considera sobretudo o aspecto jurídico da *condenação*. O processo criminal que devia ter sido feito a nós, foi transferido para Cristo. Portanto, *um inocente é condenado em lugar dos culpados*. Calvino interpreta a descida de Cristo aos “infernos” como a experiência do tormento dos condenados. Ele “sofreu a morte com a qual Deus, na sua ira, castiga os malfeitores”, “os tormentos pavorosos que devem experimentar os condenados e os perdidos”.

Como já mencionamos, infelizmente tal doutrina se encontrou, então, também em autores católicos, sobretudo na *pregação*. Entre os pregadores sobressai Bossuet, nos seus sermões da Sexta-feira Santa. Segundo ele,

---

<sup>7</sup> Cf. J. GALOT, *Gesú liberatore*, 158-159.

<sup>8</sup> Cf. J. GALOT, *Gesú liberatore*, 159-160.

Deus “rejeitava o Filho”; “olhava-o com ira”. “A sua ira não cessava de descarregar-se, ele batia o Filho inocente”.<sup>9</sup>

No fundo desta maneira de apresentar a paixão de Jesus – ainda que se leve em consideração a eloquência, a busca de imagens impressionantes etc. – encontra-se a ideia de um *Deus temível*, cuja ira entrou em ação na obra redentora.<sup>10</sup> No entanto, tal ideia não se pode sustentar.

## **2. A refutação da explicação da obra redentora pela substituição penal e pela ira ou justiça punitiva<sup>11</sup>**

Em primeiro lugar, o que impede de pensar que Jesus tenha podido ser vítima da ira divina, é a Sua *identidade pessoal divina*. Ele é Deus, o Filho de Deus encarnado. Certamente, este Filho de Deus feito homem foi *condenado*, e condenado à morte, mas quem O condenou não foi Deus (Pai) e, sim, o Sinédrio e Pilatos. A condenação por parte dessas pessoas não foi uma expressão de uma condenação Sua por parte do Pai Celeste. Igualmente, aí não podia estar em ação a ira ou a justiça punitiva do Pai. O testemunho dos Evangelhos é muito claro, mostrando que nunca cessou a união perfeita entre o Pai e o Filho encarnado. “Eu e o Pai somos um”, afirma Jesus (*Jo* 10,30). Outra afirmação semelhante, em estreita conexão com a futura crucifixão de Jesus, é a seguinte: “Quando tiverdes elevado o Filho do Homem, então sabereis que «Eu sou», e que nada faço por mim mesmo, mas digo aquilo que o Pai me ensinou. E aquele que me enviou *está comigo*; e não me deixou sozinho, porque eu sempre faço o que é do seu agrado” (*Jo* 8,28-29). No limiar imediato da Sua paixão, Jesus ainda afirma a união entre o Pai e Ele mesmo; o Pai estará sempre com Ele, enquanto os discípulos não Lhe serão fiéis na Sua provação que está para começar: “Eis que vem a hora, e já chegou, em que vos dispersareis, cada um para seu lado, e me deixareis sozinho; mas eu não estou só, porque *o Pai está sempre comigo*” (*Jo* 16,32). Não pode haver nem contenda nem hostilidade entre o Pai e o Filho.

Não pode haver dúvida alguma quanto à impossibilidade de o Pai olhar para Jesus como para um *pecador*. Imaginar um “como se” – como se o Filho fosse pecador, embora, na verdade, não seja –, de modo que o Filho

---

<sup>9</sup> Cf. J. GALOT, *Gesù liberatore*, 162.

<sup>10</sup> Jean Galot expõe também a doutrina de S. Bulgakov (*Du Verbe Incarné*, Paris 1943), que é um representante desta linha teológica na teologia ortodoxa.

<sup>11</sup> Cf. J. GALOT, *Gesù liberatore*, 164-166.

inocente seja tratado como pecador, seria admitir um comportamento do Pai *contrário à verdade*. Não há dúvida: aos olhos do Pai, Jesus não podia ser senão o Filho *inocente, santo*. Note-se que naquelas expressões fortes do Apóstolo Paulo, às quais já nos referimos, Jesus não é chamado “pecador” ou “maldito”, mas o Apóstolo diz que Deus fez Jesus “*pecado por nós*”<sup>12</sup> ou que Ele nos resgatou da maldição da Lei “*tornando-Se maldição por nós*”, embora na citação que segue imediatamente se fale de um homem “maldito”<sup>13</sup>.

Como, então, se chegou àquelas teorias da condenação de Jesus por parte do Pai Celeste ou da ira divina punitiva sobre Jesus em Sua paixão? Parece que a raiz destas teorias é uma *interpretação excessiva da substituição*. O ponto de partida é o fato que Jesus tomou o lugar da humanidade pecadora, representando-a diante de Deus (Pai). Daí se chegou a considerar a Ele mesmo como o pecador sobre o qual se concentrou a ira divina devida ao pecado. O erro está em negligenciar um elemento fundamental desta substituição: embora Jesus seja verdadeiramente o representante da humanidade pecadora, Ele sofreu *como Filho inocente e agradável aos olhos do Pai*. Tomando sobre Si as consequências do pecado dos homens, Ele *agradava ao Pai*: “É por isso que o Pai me ama: porque dou a minha vida” (Jo 10,17).

Devemos estar conscientes de que a doutrina da obra redentora é complexa e que toda simplificação a partir de um só aspecto, isolando-o, acaba por ter também os seus pontos de vista inaceitáveis. É verdade que o pecado merece a ira divina e que Jesus nos salvou desta ira (cf. Jo 3,36; Rm 5,9), entregando-Se a Si mesmo em resgate pela humanidade. Isto, porém, não significa que a ira que devia ter caído sobre nós, tenha caído sobre Jesus. Substituindo-nos, Jesus mudou os termos do relacionamento entre Deus e o homem; Ele ofereceu o sacrifício redentor *como Filho absolutamente inocente*, e não como um *pecador* que Deus olha com ira.

---

<sup>12</sup> 2Cor 5,21: “Aquele que não cometeu pecado, Deus o fez pecado por nós, para que nele nos tornemos justiça de Deus”.

<sup>13</sup> Gl 3,13: “Cristo nos resgatou da maldição da Lei tornando-se maldição por nós, porque está escrito: «Maldito todo aquele que é suspenso ao madeiro»” (cf. Dt 21,23). A “Bíblia de Jerusalém” comenta a este respeito: “Para libertar os homens da maldição divina que a violação da lei fazia pesar sobre eles, Cristo se fez solidário desta mesma maldição. A analogia bastante distante entre Cristo crucificado e o condenado do Dt 21,23 não passa de uma ilustração desta doutrina. Ele aceitou passar como tal aos olhos dos judeus, como o “«Servo» de Is 53.”

O que foi dito a respeito da ira, vale também para a *justiça punitiva*. Não se deve interpretar a declaração de Jesus sobre o resgate (*Mc* 10,45; *Mt* 20,28) de uma maneira literal demais. Pois, se a justiça exige uma punição, só pode exigi-la do *culpado*. Seria propriamente contra a justiça exigir, por justiça, de um inocente aquilo que é devido aos pecadores. É verdade que o Pai quis o sacrifício de Jesus pela redenção da humanidade, mas não podia haver nisto uma *exigência de justiça* em relação a *Jesus mesmo*.

Mas, não se pode dizer que Jesus, sendo “castigado” em nosso lugar, satisfizesse por nós ao Deus ofendido? Não. Pois o “castigo” não dá satisfação ao ofendido, se este castigo não atinge aquele mesmo que *cometeu* a ofensa. É ofensivo a Deus e até mesmo absurdo imaginar-se a ira de Deus como um sentimento violento – provocado pelo pecado – sem referência a um determinado *pecador*, a ponto de Deus ter necessidade de descarregar Sua ira por certa quantidade de castigo que Ele aplica a qualquer pessoa, não importa a quem. É óbvio: o castigo não pode dar satisfação a não ser que o *próprio pecador* sofra o castigo.

Além disso, aquilo que *caracteriza* o castigo é de ser “*sofrido*”, quer dizer, de estar em contraste com a vontade do pecador. Ora, pelo testemunho da S. Escritura está fora de qualquer dúvida que Jesus sofreu *livremente* e entregou Sua vida livremente (cf. *Jo* 10,18). Portanto, não pode tratar-se propriamente de um castigo, mas de um *ato livre* de Jesus.

No entanto, não se pode dizer que Jesus tomou sobre Si o castigo que era devido a nós? Não. O que é verdade é que Ele tomou sobre Si os sofrimentos e a morte que são consequências do pecado, castigo do pecado, mas, uma vez que Ele os tomou sobre Si *voluntariamente*, já não se tratava de *castigo*.

Portanto, sendo o Filho de Deus, Jesus só podia ter com o Pai relações de amor (filial), do qual são excluídas as reivindicações da ira ou da justiça divina punitiva da parte de Deus Pai. Portanto, repitamos: se o Pai quis o sacrifício expiatório de Jesus pela redenção da humanidade, não podia haver nisso uma exigência de justiça em relação a Jesus mesmo. ***Somente o amor do Pai, em união com o Filho, podia querer tomar sobre Si, no Filho feito homem, as consequências do pecado dos homens.***

### III. A Revelação do amor de Deus na paixão e morte de Jesus na cruz

#### 1. O amor manifestado no sacrifício da cruz de Cristo<sup>14</sup>

Na S. Escritura, nunca Jesus, o Filho de Deus feito homem, é apresentado como sendo atingido pela ira divina nem por uma sentença de condenação por parte de Deus. Na carta aos Romanos, São Paulo fala com vigor das manifestações da ira divina, quando considera o pecado da humanidade (cf. *Rm* 1-3), mas está longe de fazer pensar – nesta carta ou em outras – que esta ira se tenha referido a Jesus.

O que São Paulo vê em Jesus é o *amor* manifestado no Seu *sacrifício* redentor. Com a consciência de participar do sacrifício de Jesus, estando “crucificado com Cristo” (*Gl* 2,19), o Apóstolo declara que ele vive “na fé no Filho de Deus que *me amou e se entregou por mim*” (*Gl* 2,20). A grandeza deste amor se reconhece na grandeza do *sacrifício* (entregando a Si mesmo, dando a própria vida), como também pelo fato de se tratar da pessoa do *Filho de Deus*. É n’Ele que recebemos a “graça de Deus” (*Gl* 2,21). Da parte de Deus, a *intenção* é exclusivamente o *doar-Se por amor*.

Sendo propriamente o amor de *Deus*, este amor tem características próprias. É um amor “que *ultrapassa todo conhecimento*” (*Ef* 3,19); um amor, do qual nada nos pode separar, porque em todas as provações “somos nós mais que vencedores, graças àquele que nos amou”, e porque nenhuma criatura “poderá separar-nos do amor de Deus em Cristo Jesus, nosso Senhor” (*Rm* 8,35-39). Este amor, manifestado no fato de que “um só morreu por todos”, inspira e domina toda a vida do Apóstolo: “O amor de Cristo nos impele, considerando que um só morreu por todos” (*2Cor* 5,14).

Até agora falamos do amor do Filho de Deus por *nós*. Mas o amor de Jesus em Sua morte, embora seja “graça (dom) de Deus”, constitui também um *sacrifício oferecido ao Pai*; é também amor a Deus Pai. Cristo “nos amou e se entregou a Deus por nós como oferenda e sacrifício de suave odor” (*Ef* 5,2). Este amor é o *exemplo a ser seguido*: “Sede, pois, imitadores de Deus, como convém a filhos muito amados; caminhai no amor, a exemplo de Cristo que nos amou ...” (*Ef* 5,1-2). Embora sendo oferta a Deus, o sacrifício de Cristo é apresentado como uma *expressão do amor de Deus* a ser imitado. Não há aqui nem o mínimo indício de

---

<sup>14</sup> Cf. J. GALOT, *Gesù liberatore*, 166-168.

que no sacrifício da cruz haja alguma oposição entre a posição de Cristo e a do Pai.

Na carta aos Efésios, a profundidade do amor que levou Cristo a oferecer-Se ao Pai no sacrifício da cruz se manifesta no fato de ser caracterizado como amor do Esposo pela esposa. Em *Ef* 5,25, o Apóstolo fala das *núpcias de amor* entre Cristo e a Igreja através da entrega sacrificial de Cristo: “Maridos, amai as vossas mulheres, como Cristo também amou a Igreja e se entregou por ela.” “Se entregou por ela” (não: a ela) indica Sua entrega sacrificial a Deus em benefício dela. De novo, encontramos aqui o nível divino deste amor; pois as núpcias de Cristo com a Igreja realizam o anúncio profético das núpcias do Senhor Deus com o Seu povo.<sup>15</sup>

Que se trata de um empenho *divino* no sacrifício de Cristo, se reconhece também na saudação inicial da Carta aos Gálatas: “graça e paz a vós da parte de Deus, nosso Pai, e da do *Senhor Jesus Cristo*, que Se entregou a Si mesmo pelos nossos pecados ... conforme a *vontade de nosso Deus e Pai*” (*Gl* 1,3-4). Jesus é o “*SENHOR*”; é, portanto, de dignidade *divina*, e o Seu sacrifício é o cumprimento da vontade de Deus Pai.

Portanto, o que se manifesta no sacrifício da cruz de Jesus Cristo, é o *amor*. A ira de Deus se refere aos pecadores, aos pecados, não a Cristo. O fato de Ele morrer pelos homens pecadores mostra a grandeza ou generosidade peculiar do Seu amor ao entregar Sua vida para obter o perdão aos pecadores; morrer não por um justo, mas por um pecador, isto requer mais amor!<sup>16</sup> O sacrifício de Jesus não se explica vendo nele um castigo; o sacrifício não é um castigo, mas uma oblação “de suave odor” (*Ef* 5,2); ele realiza-se, portanto, em perfeita harmonia entre o Pai e o Filho.

## **2. Revelação do amor do Pai<sup>17</sup>**

Voltemos agora à afirmação do Apóstolo João em sua primeira carta: “Nisto consiste o *amor*: não fomos nós que amamos a Deus, mas foi *Ele* que *nos amou* e *enviou o seu Filho* como vítima de expiação pelos nossos pecados” (*1Jo* 4,10). Vemos aqui que a iniciativa para o sacrifício

---

<sup>15</sup> Cf. *Os* 1-3; *Jr* 3,8-9; *Ez* 16,23; *Is* 54,1-8; 61,10; 62,4-5; *Sl* 45.

<sup>16</sup> Cf. *Rm* 5,6-8: “Com efeito, quando éramos ainda fracos, foi então, no devido tempo, que Cristo morreu pelos ímpios. Dificilmente alguém morrerá por um justo; por uma pessoa muito boa, talvez alguém se anime a morrer. Pois bem, a prova de que Deus nos ama é que Cristo morreu por nós, quando éramos ainda pecadores.”

<sup>17</sup> Cf. J. GALOT, *Gesù liberatore*, 168-177.

redentor de Cristo está com Deus Pai: Ele *enviou para isso* o Seu Filho, e neste envio Se manifesta claramente Seu *amor*. Nisto consiste o amor, ou seja, o amor de Deus Pai por nós: Ele envia o Seu Filho como vítima de expiação pelos nossos pecados. Deus Pai está engajado no sacrifício de Jesus, mas Sua ação não é apresentada – por São João ou São Paulo ou outro hagiógrafo – como sendo a de um juiz que exige satisfação pelos seus direitos violados, nem como um pai irado que aplaca a sua ira com a morte do próprio filho. Se a morte de Jesus na cruz é o máximo sinal do Seu amor por nós e pelo Pai, neste sacrifício da cruz revela-se também maximamente o *amor do Pai*. Pois, no evangelho de São João, Jesus não somente apresenta a Sua morte como a mais alta expressão do amor: “Ninguém tem maior amor do que o daquele que dá a vida pelos amigos” (Jo 15,13), mas também faz entender que este Seu amor é *revelação do amor do Pai*; pois o Filho e o Pai são uma só coisa (cf. Jo 10,30; 17,21s), e “quem vê a mim, vê também o Pai” (Jo 14,9). Quem vê o Filho feito homem que Se doa, amando até ao extremo (cf. Jo 13,1), vê o Pai.

### ***O Pai nos entregou o Seu próprio Filho.***

Verdadeiramente, quem vê o Filho feito homem, vê o Pai. Evidentemente, é o Filho feito *homem*, pois somente Ele é visível. Ele é a *imagem* perfeita do Pai, como diz São Paulo (cf. 2Cor 4,4; Cl 1,15), e Ele o é não somente como a pessoa divina do Filho, mas também como o Filho *encarnado*. Neste contexto, é muito significativo que São Paulo descreve com o mesmo verbo a ação do Pai e a do Filho: “entregar”. Cristo “*entregou* a Si mesmo por nós” (Ef 5,2); o Pai “*entregou* o Seu próprio Filho por nós todos” (Rm 8,32).<sup>18</sup> Os dois atos orientam-se na mesma direção e têm o mesmo significado essencial: um dom em benefício da humanidade. No ato de Cristo, São Paulo reconheceu o ato do Pai que enviara o Filho.

Em Gl 4,4-5, o Apóstolo escreve: “Quando chegou a plenitude do tempo, enviou Deus o seu Filho, nascido de uma mulher, nascido sob a Lei, a fim de resgatar os que estavam sujeitos à Lei, e para que nós recebêssemos a adoção de filhos.” Segundo este texto, o ato do Pai é *somente* o *envio*, enquanto Ele mesmo não Se engaja no próprio ato redentor? Se fosse assim, daria margem à possibilidade da oposição descrita pelos reformadores protestantes, entre a ira do Pai e Jesus que tem de suportá-la. Mas se deve notar que o Apóstolo indica como finalidade do envio do Filho a comunicação da adoção filial aos homens. Ora, isto sugere que o

---

<sup>18</sup> O verbo grego é, nos dois casos, o mesmo: παρέδωκεν.

ato do Pai é o de um profundo *amor paterno*. É este amor que ele explica ainda melhor ao escrever aos Romanos que o Pai “entregou o seu próprio Filho por todos nós”. Isto significa que o Pai não somente “delega” o Filho para este realizar o ato redentor, permanecendo Ele mesmo inativo. Não, Ele mesmo é *o primeiro a fazer-nos o dom*; o Seu amor paterno empenha-se profundamente, porque *não há dom mais radical* do que aquele de *entregar o Seu único Filho*.

Mas – eis uma possível objeção – São Paulo não escreveu também que “Deus *não poupou Seu próprio Filho*”? Eis a frase inteira: “Deus, que não poupou seu próprio Filho, mas o entregou por todos nós, como é que, com ele, não nos daria tudo?” (*Rm 8,32*). O que entender por esse “não poupar”? Deve ser entendido no sentido de uma justiça punitiva de Deus, também em relação a Seu único Filho?

Ora, precisa reconhecer a conexão entre as duas afirmações, a saber: “não poupar o próprio Filho” e “entregar o próprio Filho por todos nós”. A conexão *não é de contraste*. As duas expressões indicam uma mesma ação. O “mas” não exprime neste caso um contraste quanto à realidade descrita, mas somente quanto à *maneira de a expressar* com palavras. Ambas as expressões são esclarecidas pela consequência que São Paulo tira delas: “como é que, com ele, não nos daria tudo?” O verbo que o Apóstolo aqui usou (*χαρίζομαι*, “dar”), é aquele do favor gratuito, da “graça”. Por conseguinte: *o fato que o Pai não poupou*, mas entregou o próprio Filho, é a primeira graça, fonte de todas as outras.

O episódio do sacrifício de Isaac, ao qual São Paulo alude neste trecho, confirma a intenção de *pura bondade* do Pai.<sup>19</sup> Segundo o relato do Gênesis, Abraão não poupou o seu único, muito amado filho (22,12.16). Ora, neste gesto de Abraão não pode ter havido a intenção de impor uma pena a seu filho, nem de querer ser severo para com ele. Abraão é a imagem daquele que, sacrificando o filho, entrega aquilo que ao seu coração é mais caro, e assim não hesita em sacrificar o próprio coração de pai. Por conseguinte, longe de ferir os outros com a Sua ira, o Pai “machuca”, por assim dizer, a Si mesmo: não poupando o Filho, não poupa a Si mesmo. A Sua severidade refere-se a Si mesmo; ela é, de fato, a maior generosidade para com os homens. O Pai tinha um amor tão generoso para conosco, a ponto de “não poupar o Seu próprio Filho, mas entregá-lo por todos nós”.

---

<sup>19</sup> A reflexão judaica sobre *Gn 22* foi uma preparação para poder compreender o sacrifício como gesto de amor da parte do Pai que dá o Único, o Predileto.

Vale a pena acrescentar aqui a interpretação do Papa João Paulo II, que inclui também a pessoa do Espírito Santo na sua reflexão:

A paixão e morte de Jesus é um inefável mistério de amor, no qual estão envolvidas as três Pessoas divinas. O Pai tem a iniciativa absoluta e gratuita: ele é o primeiro a amar e, ao entregar o Filho às nossas mãos homicidas, expõe o seu bem mais querido. Como diz São Paulo, Ele ‘não poupou o próprio Filho’, isto é, não o conservou para si como um tesouro cioso, mas ‘entregou-o por todos nós’ (Rm 8,32).

O Filho compartilha plenamente o amor do Pai e o seu projeto de salvação: ‘Entregou-se a si mesmo pelos nossos pecados... segundo a vontade de Deus, nosso Pai’ (Gl 1,4).

E o Espírito Santo? Assim como no íntimo da vida trinitária, também nesta circulação de amor, que se realiza entre o Pai e o Filho no mistério do Gólgota, o Espírito Santo é a Pessoa-Amor, para a qual convergem o amor do Pai e do Filho.<sup>20</sup>

### ***Deus manifesta o Seu amor por nós.***

Como já vimos, São Paulo, falando da obra redentora e referindo-se à nossa situação de pecadores, apresenta esta obra como sinal de um *amor maior* da parte de Cristo e do Pai: “Deus, porém, demonstra o Seu amor para conosco exatamente nisto: que, quando ainda éramos pecadores, Cristo morreu por nós” (Rm 5,8). Nos capítulos anteriores desta carta (c. 1-3) ele tinha descrito a ira de Deus sobre a humanidade pecadora. A morte de Jesus, porém, indica exatamente que, em lugar da ira devida aos pecados, estava em ação um amor ainda mais estupendo: Cristo morreu *pelos ímpios*. Dificilmente alguém morre por um justo (cf. Rm 5,6s); quão grande amor, então, é necessário para que alguém morra por um ímpio! Este amor é o do Filho e também do Pai (“Deus demonstra...”). Notemos que este amor não é somente totalmente gratuito; há nele também a vitória sobre a repugnância que o pecado deveria ter suscitado. É um “*amor mais forte*” do que o pecado dos homens. Na verdade, o homem pecador é mais digno da ira do que do amor que se doa. Mas é precisamente nesta situação que se manifesta o *supremo* amor do Pai.

Passando para os escritos joaninos, voltamos mais uma vez à primeira carta de São João. Pois em *1Jo* 4,9-10 encontramos o ápice da afirmação do amor do Pai na obra redentora. São João afirma com clareza que na

---

<sup>20</sup> JOÃO PAULO II, *Audiência geral de 10 de junho de 1998*, em: *L'Oss. Rom.* de 13/06/98, p. 12.

obra redentora Deus Se revela em Sua própria essência: “*Deus é amor*. Neste fato *manifestou-se o amor de Deus* para conosco: que Deus enviou ao mundo o Seu Filho Unigênito, para que por meio d’Ele tivéssemos a vida. Nisto consiste o amor: não fomos nós que amamos a Deus, mas foi Ele que nos amou e *nos enviou o Seu Filho como expiação pelos nossos pecados*” (1Jo 4,8-10).

São João não vê nenhuma oposição entre esse amor do Pai, de um lado, e o Filho que Se torna vítima de expiação pelos nossos pecados, do outro lado. Não há dúvida: o Filho de Deus feito homem que oferece o sacrifício expiatório, redentor, é *dom do Pai*, é, até mesmo, *o dom supremo do Pai à humanidade*. São João esclarece ainda que “o amor *vem de Deus*” (1Jo 4,7). Por isso, o amor redentor não consistiu no *nosso* amor oferecido a Deus, mas tem sua origem no *Pai*: o Pai nos amou e, enviando o Filho, nos deu a capacidade de viver da Sua vida e de amar. Para que nós pudséssemos amar, era necessário que o sacrifício redentor *viesse do alto* e que o amor oferecido como propiciação (o sacrifício expiatório) fosse *recebido pelo Pai*. Deste modo, há primeiro o movimento de cima, de Deus, para a humanidade e, então, o movimento de baixo para cima, para Deus; o movimento de baixo para cima, o sacrifício redentor, pressupõe o movimento de cima para baixo, isto é, o dom de Deus.

Portanto, *a morte redentora de Cristo manifesta o amor e o dom do Pai*: “Deus tanto amou o mundo que deu o seu Filho unigênito, para que todo aquele que crê nele não pereça, mas tenha a vida eterna” (Jo 3,16). Note-se que o Pai dá o Seu Filho para o sacrifício, isto é, para ser “elevado”, como a serpente de bronze devia ser elevada (Jo 3,14). Este sacrifício não é considerado como uma condenação, tomando Jesus sobre Si a condenação do mundo; bem pelo contrário: “Deus não enviou o Seu Filho ao mundo para condenar o mundo, mas para que o mundo seja salvo por Ele” (Jo 3,17). Longe de ser a expressão de um juízo divino, de punição ou de condenação (de Deus condenar o mundo em Seu Filho), *a paixão de Jesus* aparece como *o dom maior do amor do Pai*.

Resumindo, podemos apresentar os dois motivos pelos quais o sacrifício redentor de Cristo é obra do amor do Pai:

- O amor vem de Deus e *todo amor manifestado na vida de Jesus e no Seu sacrifício tem sua origem no Pai*.
- A perfeita, íntima união entre o Pai e o Filho encarnado exclui toda hostilidade ou oposição, como aquela da ira, e implica, positivamente,

a unidade das disposições de amor, no drama da redenção, entre o Pai e o Filho.

### ***O Pai nos predestinou no amor.***

Na carta aos Efésios lemos que Deus Pai “nos elegeu antes da fundação do mundo, para sermos santos e imaculados aos seus olhos; *no seu amor, ele nos predestinou* a sermos por ele adotados por filhos, por intermédio de Jesus Cristo, segundo o beneplácito da sua vontade” (Ef 1,4-5). É a graça que Ele nos quis dar “no seu Bem-amado, no qual temos a redenção, pelo seu sangue, a remissão dos pecados” (v. 6-7). Portanto, antes que o mundo existisse, a nossa predestinação como filhos redimidos pelo Filho amado estava determinada e era *devida ao amor do Pai*.<sup>21</sup>

Sendo assim, reconhece-se claramente que o Pai, em relação à humanidade, nunca tinha outra intenção a não ser aquela do *amor que salva*. As manifestações de ira em relação aos pecadores estavam, portanto, dominadas por essa *disposição prevalecente de amor* que se quer doar.

Podemos, então, concluir: por Sua morte na cruz, Jesus manifestou, no grau máximo, o Seu amor por nós e ao Pai. A Sua morte é oblação expiatória a Deus, mas é *o Pai* quem nos deu esta oferta, isto é, quem nos deu Seu próprio Filho como sacrifício expiatório por nós; deste modo, *tudo provém do Seu amor*, e a morte de Jesus na cruz por nós, não é somente *a máxima revelação do amor do Filho*, mas *também* e não menos, do amor do *Pai*.

## **IV. A manifestação da justiça divina na obra redentora, segundo São Paulo**

A morte de Jesus na cruz como sacrifício expiatório por nós, homens pecadores, é a grande manifestação do amor do Filho e do Pai. Ora, na Carta aos Romanos, o Apóstolo Paulo estabelece uma ligação entre esse sacrifício expiatório de Jesus e a grande manifestação da *justiça divina*:

---

<sup>21</sup> “Por puro amor”, seria uma possível tradução da expressão ἐν ἀγάπῃ em Ef 1,4. A ligação de “no amor” ou “por amor” com “predestinou-nos” é a interpretação melhor fundada. A Bíblia das Edições Loyola (*Bíblia. Mensagem de Deus*, São Paulo, 1989), na sua tradução, dá razão às duas interpretações, traduzindo assim: “... para sermos santos e imaculados diante d’Ele *no amor*. Também nos predestinou, *num ato de amor*, para sermos Seus filhos ...”

Agora, independentemente da Lei, *manifestou-se a justiça de Deus*, atestada pela Lei e pelos Profetas, justiça de Deus que se realiza mediante a fé em Jesus Cristo para todos os que crêem; pois não há diferença: todos, de fato, pecaram e estão privados da glória de Deus, e são gratuitamente justificados, por meio da sua graça, em virtude da redenção realizada em Cristo Jesus. A ele Deus destinou a ser (constituiu de antemão<sup>22</sup>) como propiciatório<sup>23</sup>, por meio do seu sangue, mediante a fé, *para demonstrar a sua justiça*, pelo fato que ele tinha deixado passar os pecados antes cometidos, no tempo da tolerância; para demonstrar, digo, a sua justiça no tempo presente, para ser *justo e autor da justificação* daquele que crê em Jesus. (Rm 3,21-26)

No fundo da apresentação de Jesus como “propiciatório” encontra-se a questão a respeito do valor da religião judaica diante da novidade trazida por Cristo.<sup>24</sup> O que significava a remissão dos pecados anunciada cada ano, na festa da expiação, pelo sumo sacerdote, no momento da aspersão do propiciatório, no Santo dos Santos do templo? A resposta de São Paulo é a seguinte: no plano de Deus, já de antemão, *somente Cristo* tinha sido estabelecido como o “*propiciatório*”, de modo que só d’Ele viesse o perdão dos pecados.

Segundo esta interpretação, a expiação por todos os pecados da humanidade concentrou-se no sacrifício de Cristo. A expiação dos pecados não se realiza com o sangue de touros e bodes, mas com o sangue de Cristo.

Ora, São Paulo diz que o desígnio pelo qual Jesus foi constituído de antemão como “propiciatório”, é inspirado pela vontade divina de justiça (“para demonstrar a Sua justiça”). É a justiça punitiva? Não. Não é que Cristo tivesse de realizar a expiação porque a “justiça divina” exigia d’Ele uma pena pelos pecados dos homens. Deus quer mostrar que Ele, Deus, é justo; “ser justo”, porém, não constitui um contraste ao “ser justificador”, isto é, “tornar justo” aquele que crê. “Deus manifesta a sua justiça

---

<sup>22</sup> προέθετο, em latim: “pro-posuit”; cf. Ef 1,9. “pro” indica a prioridade, a preexistência; cf. também Ef 1,11; 3,11; Rm 8,28; 9,11. Está errada, portanto, a tradução “apresentou”.

<sup>23</sup> Cf. Ex 25,17; Lv 16,2s; Hb 9,5.

<sup>24</sup> Cf. J. GALOT, *Gesù liberatore*, 172-174.

comunicando-a aos homens, isto é, fazendo-os passar do estado de pecado ao estado de justiça.”<sup>25</sup> Trata-se da justiça justificadora.<sup>26</sup>

Quando, no tempo da tolerância ou paciência, Deus tinha deixado passar os pecados, a Sua tolerância não consistia em deixar esses pecados sem castigo, mas em não realizar ainda a redenção. No passado, Ele Se tinha absterido<sup>27</sup> de “demonstrar (manifestar) a Sua justiça”, quer dizer que se absteve de “justificar” os pecadores, com a intenção de manifestar plenamente esta justiça *em Jesus Cristo*.<sup>28</sup> Ela se manifestou pelo fato que agora todos são “justificados gratuitamente por meio da graça de Deus, em virtude da redenção realizada em Cristo Jesus” (v. 24), que é o único verdadeiro propiciatório. Por conseguinte, trata-se de uma justiça que não se opõe nem põe um limite ao amor; é uma justiça que faz justos, *comunicando aos pecadores a salvação*, a comunhão com Deus, não devido a uma compensação dada por eles, os pecadores, mas como um *dom gratuito*.<sup>29</sup>

Na Carta aos Romanos encontramos outra afirmação que precisa ser bem entendida

O que de fato era impossível à Lei, porque estava enfraquecida por causa da carne, Deus o realizou. Enviou seu próprio Filho em estado de solidariedade com a carne de pecado e, em vista do pecado, *condenou o pecado na carne*, para que *a justiça da Lei se cumprisse* em nós, que já não vivemos de acordo com a carne, mas de acordo com o Espírito (*Rm* 8,3).

---

<sup>25</sup> J. GALOT, *Gesù liberatore*, 173.

<sup>26</sup> Cf. CONCÍLIO DE TRENTO, *Decr. de iustificatione*, cap. 7 (DS 1529): “*unica formalis causa* (sc. iustificationis) est ‘iustitia Dei, non qua ipse iustus est, sed qua nos iustos facit’”. O Concílio cita um texto de Santo Agostinho.

<sup>27</sup> Abster-se significa não fazer algo que se desejaria fazer.

<sup>28</sup> Como explica bem Jean Galot, a *πάρεσις* (o deixar passar) não é a remissão (seria a *ἄφεσις*; *Ef* 1,7; *Cl* 1,14), nem um semi-perdão. É uma tolerância que consiste em “deixar andar”, “deixar passar”. No tempo da “paciência” ou “tolerância” (*ἀνοχή*), Deus deixou passar os pecados “não abstendo-Se de castigá-los para reservar um castigo posterior, mas abstendo-Se de cancelá-los, em vista de um perdão que não se daria senão em Cristo. A paciência significa para Deus não a acumulação de uma justiça desejosa de vingança, mas a acumulação de uma «justiça» desejosa de manifestar-se comunicando-se. É o amor salvífico que retardava o seu pleno desenvolvimento, tendo, porém, já tudo predeterminado no Cristo” (*Gesù liberatore*, 173, nota 38). Pode-se conferir, quanto a tudo isso, a situação dos “justos” antes da morte de Cristo (“limbus patrum”).

<sup>29</sup> Cf. v. 24: “*gratuitamente* justificados, por meio da Sua graça”.

Como entender a “justiça da Lei” e a “condenação do pecado”?<sup>30</sup> Alguns exegetas entenderam a “justiça da Lei” como uma sentença de condenação, uma sentença que castiga com a morte. Mas não é assim, pois a condenação do pecado na carne não é obra da Lei; é obra de Deus, pois a Lei era *incapaz* disso. O que a Lei não podia fazer, Deus o fez: “condenou o pecado na carne, para que ...”. Sendo assim, não se trata de condenação *jurídica*; desta, na verdade, a Lei era capaz. É, portanto, uma condenação *mais real*, isto é, a *destruição* do pecado e do seu reinado, condenação esta que a Lei não podia realizar. Com a morte de Jesus se dá o fim do reinado do pecado, a execução do pecado na carne humana. Portanto, *não* se trata de condenação-castigo, mas de condenação-vitória sobre o pecado. Quanto à “justiça da Lei”, esta não é aquela destinada a castigar o pecado. Pois é a justiça que se estabelece no homem resgatado por Cristo, em virtude da vitória sobre o pecado! A “justiça da Lei” é a realização da santidade cristã que se manifesta num comportamento não “segundo a carne”, mas “segundo o Espírito”.

A ideia fundamental da exposição de São Paulo em *Rm* 8,3-4 é contrária ao sentido de exigências de uma justiça punitiva. Deus não está querendo punir, pois Ele envia Seu Filho para realizar o “sacrifício pelo pecado”<sup>31</sup>, para o perdão dos pecados.

Há mais dois textos paulinos que muitas vezes deram origem a interpretações da obra redentora por meio da ira ou justiça punitiva de Deus: *2Cor* 5,21 e *Gl* 3,13.<sup>32</sup>

O primeiro texto atribui diretamente a Deus a ação de fazer Cristo “pecado por nós”: “A ele que não conhecera o pecado, *Deus o fez por nós pecado*, para que nele nos tornássemos justiça de Deus” (*2Cor* 5,21). Devido ao contexto, esta ação pertence à obra reconciliadora de Deus: “Tudo isso vem de Deus, que nos reconciliou consigo por meio de Cristo ... Deus estava em Cristo, reconciliando consigo o mundo, não imputando aos homens os seus pecados” (*2Cor* 5,18-19). Esta ação *não* podia, por conseguinte, estar inspirada ou animada pela ira.

“É verdade que o pecado foi transferido no Cristo e que assim os que eram pecadores recebem por meio dele a justiça divina, isto é, a salvação.

---

<sup>30</sup> Cf. J. GALOT, *Gesù liberatore*, 174-175.

<sup>31</sup> περὶ ἁμαρτίας – para expiar o pecado. Em virtude do vocabulário do Antigo Testamento (*Ez* 42,13; 43,19-21) pode-se traduzir περὶ ἁμαρτίας com “sacrifício pelo pecado”.

<sup>32</sup> Cf. J. GALOT, *Gesù liberatore*, 175-176.

Mas esta transferência do pecado da humanidade sobre o Cristo não o fez pecador.”<sup>33</sup> Como já observamos anteriormente, São Paulo não diz que Cristo foi feito por Deus “pecador”, mas “pecado”. Observar esta diferença é de importância capital. Tal diferença pode ser explicada da seguinte maneira:

*Objetivamente*, Cristo carregou as consequências penosas do pecado, isto é, o sofrimento e a morte.

*Subjetivamente*, Ele permaneceu “aquele que não conhecera o pecado”. Como *inocente*, não como um culpado, Ele sofreu aquilo que era devido aos nossos pecados. Não lhe foi atribuído uma culpa nem fez uma experiência pessoal de pecado, como ato contrário à vontade e ao amor paterno de Deus. Cristo nunca Se tornou pecador. São Paulo sublinha a inocência de Jesus. É como *inocente*, como *Filho muito amado e amante do Pai* que Ele pode ser identificado com “o pecado” – sem Se tornar pecador – com a intenção de transformar “o pecado” em “sacrifício pelo pecado”,<sup>34</sup> isto é, em sacrifício *expiatório*.

É claro, portanto, que nas relações entre o Pai (que quer reconciliar o mundo consigo por meio do Seu Filho) e Jesus (que é o Filho totalmente inocente do Pai) não está em ação a ira ou a justiça divina punitiva. Somente se poderá falar dessa ira ou justiça punitiva numa ordem *objetiva*: Jesus assume livremente, por amor, as consequências penosas do pecado, e o Pai quer que Ele faça isto. Esta vontade de Deus Pai é “fazer a Cristo por nós pecado”. E esta vontade é sinal de um amor imenso de Deus Pai que quer assegurar a reconciliação da humanidade consigo, assumindo, no Filho muito amado e inocente, as consequências do pecado (cf. o sacrifício de Abraão).

Semelhantemente precisa interpretar a afirmação em Gl 3,13: “Cristo resgatou-nos da maldição da Lei, *tornando-se por nós maldição*, pois está escrito: «Maldito seja todo aquele que é suspenso ao lenho». Como já vimos, precisa notar o seguinte: apesar da citação do texto vétero-testamentário (Dt 21,23), no qual o homem suspenso ao lenho é declarado “maldito”, o Apóstolo afirma que Cristo Se tornou por nós “maldição”, não “maldito”. Podemos dizer que, “*objetivamente*, o Cristo tomou sobre Si a maldição que pesava sobre o mundo pecador; *subjetivamente*, não

---

<sup>33</sup> J. GALOT, *Gesù liberatore*, 175.

<sup>34</sup> Cf. *Symbolum* do 11º Concílio de Toledo (no ano de 675): “qui solus pro nobis ‘peccatum est factus’, id est, sacrificium pro peccatis nostris” (DS 539).

experimentou a maldição divina.”<sup>35</sup> É igualmente significativo que São Paulo, ao citar o texto do Deuteronômio, evite dizer (maldito) “por Deus” – assim diz o texto do Deuteronômio – porque aos olhos do Apóstolo é impossível que o Cristo crucificado possa ser maldito pelo próprio Deus. *Cristo crucificado não foi maldito por Deus*, mas o tornar-Se maldição em benefício da humanidade, é o fruto de um amor do Pai e do Filho, que ultrapassa tudo aquilo que o homem poderia ter imaginado.

## V. Amor e justiça – a revelação do *amor justo* de Deus

Reconhecemos o *amor* do Pai e do Filho na obra redentora, no sacrifício da cruz de Jesus. Reconhecemos também, por último, a ação da *justiça* divina na obra redentora, segundo São Paulo: o sacrifício propiciatório de Jesus é a grande manifestação da justiça de Deus, mas *não* de uma justiça *punitiva*. Muitos mal-entendidos surgiram justamente por causa da diferença que há entre o nosso conceito moderno de justiça e a concepção bíblica da justiça de Deus. Um exemplo disso acabamos de observar na interpretação de *Rm 3,25*, onde a manifestação da justiça é associada à predestinação de Cristo como propiciatório, ou seja, instrumento de expiação. Alguns pensaram numa justiça punitiva, enquanto, como vimos, esta manifestação de justiça designa verdadeiramente o *dom da salvação*<sup>36</sup>; é a justiça “justificadora”.

Já no Antigo Testamento, toda uma corrente de pensamento tinha entendido a justiça como *o bem oferecido por Deus* a Seu povo e como *a salvação acessível aos mais infelizes*. Esta justiça estava ligada à Aliança e manifestava essencialmente o favor de Deus. Ela estava tanto em concordância com o amor que a promessa dos esponsais do Senhor Deus com Seu povo se identifica com a promessa de que a justiça iria reinar: “Eu te desposarei na justiça” (*Os 2,21*). A justiça é, por conseguinte, um *dom divino* (cf. também, p. ex., *Sl 71,2.15-16.18c-19.23-24*).

Se quisermos entender profundamente a estreita conexão entre justiça e amor, precisamos ter consciência do que é o “*amor*” e do que é a

---

<sup>35</sup> J. GALOT, *Gesù liberatore*, 176. O destaque não é original.

<sup>36</sup> Não pode haver dúvida de que a interpretação dada está certa. Pois, nos primeiros capítulos da Carta aos Romanos, o termo em contraste com a justiça não é o amor ou a misericórdia, mas a *ira* de Deus! Em geral, pode-se dizer que, nos escritos de São Paulo, a justiça de Deus é o princípio dos bens da salvação possuídos desde a vida presente mediante a fé em Cristo.

“justiça”. Podemos nos orientar pela definição de “amor” dada por São Tomás de Aquino e citada no Catecismo da Igreja Católica: “Amar é *querer algo de bom para alguém*”<sup>37</sup>. O conceito fundamental e, por isso e como tal, universal de justiça é este: *dar a cada um o seu*. É conceito universal no sentido de que se trata de um conceito que não é somente de uma determinada época ou cultura.

Quanto à definição de “amor” como “querer algo de bom para alguém”, é preciso lembrar que não se deve identificar simplesmente o “amor” com a “benevolência”, pois existem dois tipos fundamentais de amor, que, juntamente, constituem a realidade “amor”.<sup>38</sup> Há o amor *benevolente* ou de benevolência, quando esse “alguém”, na definição de amor, é outra pessoa, não a pessoa que ama: querer bem a outra pessoa, querer algo de bom para ela. Há o outro tipo de amor quando esse “alguém” é a própria pessoa que ama: ela quer um bem para si mesma; ela se compraz em algo de bom para ela; é o amor de *complacência* ou concupiscência. No amor de Deus às Suas criaturas está, sem dúvida, o amor benevolente em primeiro plano, embora Seu amor tenha também a característica da complacência<sup>39</sup>. Na verdade, também o “amor de benevolência” não é apenas benevolência, mas “*amor de benevolência*”; é realmente *amor*.

A este respeito escrevi num artigo nesta revista: “De fato, o amor, tanto no «apetite sensitivo» (*appetitus sensitivus*, amor dos sentidos) como também no «apetite intelectual», isto é, na vontade (*appetitus intellectivus*, amor da vontade), não se pode identificar com a benevolência.”<sup>40</sup> Pois, quanto ao amor dos sentidos, ou seja, quanto à *paixão* do amor, a benevolência se distingue deste amor porque não traz em si um certo ímpeto de inclinação ao outro, o que é próprio da “paixão” (é ser movido, atraído impetuosamente pelo objeto do amor), mas é apenas um ato da vontade (baseado unicamente no juízo da razão), pelo qual alguém quer o bem a outra pessoa. Quanto ao amor da *vontade*, este comporta uma certa *união afetiva* do amante ao amado, o que não é o caso da mera benevolência, a qual não pressupõe aquela união afetiva com a pessoa à qual se quer um bem. São Tomás explica ainda: o amante considera o amado como

---

<sup>37</sup> S.Th. I-II, q. 26, a. 4: “amare est velle alicui bonum” (cf. CIC 1766). Na verdade, é a definição de Aristóteles.

<sup>38</sup> Cf. BENTO XVI, Encíclica *Deus caritas est*. Ele denomina os dois tipos com os nomes gregos “agape” e “eros”.

<sup>39</sup> Cf. Gn 1,10.12.18.21.25.31.

<sup>40</sup> Cf. S.Th. II-II, q. 27, a. 2.

unido a si ou pertencente a si (como um «outro eu») e assim é movido para ele, é *atraído* por ele. O amor (de amizade) acrescenta, portanto, à mera benevolência a *união afetiva* com o amado. De fato, para o amor, a *união é essencial*.<sup>41</sup>

Com este esclarecimento, podemos ficar com a definição de amor dada acima ao ver a *diferença* e a *relação* entre o amor e a justiça divina.

### *A relação entre o amor e a justiça divina*

O amor é, portanto, querer bem a alguém no sentido de querer algo de bom para alguém. Na justiça não se trata simplesmente de querer um bem para alguém, de dar-lhe esse bem. Na justiça se trata de “dar”, sim, mas dar “a cada um *o seu*”, o que lhe “é devido”. Notamos, portanto, que o conceito de justiça contém a ideia da *conformidade com uma determinada ordem*, com determinados *dados*. Deste conceito básico derivam os diversos aspectos da justiça, como, p. ex., a justiça remuneradora (dar a recompensa) e a justiça punitiva (castigar).

Ora, em todas as obras de Deus há essa conformidade, há justiça; é o que São Tomás de Aquino<sup>42</sup> explica da seguinte maneira: aquilo que é dado por justiça divina – justiça é dar a cada um o que lhe é devido! –, ou é devido a *Deus* ou a alguma *criatura*. Em toda obra Sua, Deus dá o que é devido a *Ele mesmo* e à *criatura*. Pois Deus não pode fazer algo que não seja em conformidade com a Sua sabedoria e bondade, como também tudo o que Ele faz nas criaturas, Ele o faz segundo a conveniente ordem e proporção.

A justiça como conformidade com *Deus* é, portanto, conformidade com a *bondade*, com o *amor* divino de benevolência.<sup>43</sup> Ora, tal conformidade implica que a justiça sempre *pressupõe* algo, um dado anterior (pelo menos logicamente anterior), uma ordem. Tal dado pressuposto é, em primeiro lugar e em última análise, *Deus* mesmo no Seu mistério trinitário de amor; daí é conformidade com *Deus Uno e Trino*, que é *amor*. Nunca se deve deixar de considerar esta “raiz” de toda ação de Deus (“para fora”).

---

<sup>41</sup> N. THANNER, *Deus – “um amante com toda a paixão de um verdadeiro amor”* (*Bento XVI*), em *Sap. Cruc.* 10(2009)44.

<sup>42</sup> *S.Th.* I, q. 21, a. 4.

<sup>43</sup> Neste sentido, Sto. Anselmo podia escrever: “Quando punes os malvados, é justiça, porque isso é devido a seu mérito, mas quando lhes perdoas, é justiça, porque isso convém à tua bondade” (*Proslogion*, c. 10).

Voltemos agora à exposição de São Tomás. Ele diz: a obra da justiça divina *sempre pressupõe* a obra do amor<sup>44</sup> divino e nesta *se baseia*. Pois à criatura nada é devido a não ser por causa de algo que nela preexiste ou é pré-considerado. Ora, se tal coisa é devida à criatura, será de novo por causa de algo anterior. Mas, uma vez que não se pode proceder assim até o infinito, necessariamente chega-se a algo que *depende unicamente* da bondade da vontade divina, a qual é o último fim.<sup>45</sup> Deste modo, em qualquer obra de Deus aparece o amor como a primeira “raiz” da obra.

O Papa João Paulo II escreveu a este respeito: “Já no Antigo Testamento se ensina que, embora a justiça no homem seja autêntica virtude e em Deus signifique perfeição transcendente, contudo o amor é «maior» do que a justiça. E é maior no sentido de que, relativamente a ela, é *primário e fundamental*. O amor *condiciona*, por assim dizer, a justiça; e, em última análise, a justiça *serve* a caridade.”<sup>46</sup> Assim, em toda obra divina, nunca a justiça é sem amor, nem o amor sem justiça. Na verdade, todos os atributos divinos se compenetraram totalmente, devido à absoluta simplicidade de Deus. Mas, embora amor e justiça nunca existam um sem a outra e, até mesmo, não se distingam na realidade divina, o amor é primário e fundamental, é a “primeira «raiz»” de tudo. É por isso que Deus, quanto àquilo que é devido a alguma criatura, dá – pela abundância da Sua bondade – *mais* do que exige a proporção da coisa (da criatura).

É verdade, amor e justiça são em Deus uma só e mesma realidade. Mas *não* são dois *conceitos idênticos*. Por isso, se pode refletir sobre a *relação* entre amor e justiça e pudemos dizer, com o Papa João Paulo II, que o amor é primário ou mais original e fundamental.

Ora, se há certo antagonismo entre amor e justiça, este está no seguinte: o amor doa, o amor difunde-se *sem pressupor algo* da parte do seu objeto,

---

<sup>44</sup> São Tomás diz “misericórdia”, conforme a tradução do texto bíblico que lhe serve de fundamento, isto é, *Sl* 24(25),10: “omnes viae Domini misericórdia et veritas” (“Todas as veredas do Senhor são misericórdia e verdade”). No original hebraico, a palavra traduzida por “misericórdia” é *hesed*. Esta palavra “indica uma profunda atitude de «bondade»”, “amor que doa, amor mais potente do que a traição, graça mais forte do que o pecado” (Papa João Paulo II, Encíclica *Dives in misericórdia*, n. 4, nota 52).

<sup>45</sup> São Tomás dá um exemplo: ter mão é devido à alma racional; ter alma racional é devido ao ser homem (para alguém ser homem deve ter uma alma racional; se Deus quer criar um homem, tem de criar um ser corporal com alma racional); ser homem é devido unicamente à bondade divina (a existência de um homem não é devida a não ser à bondade de Deus).

<sup>46</sup> Encíclica *Dives in misericordia*, n. 4. O destaque não é original.

enquanto o conceito da justiça *requer necessariamente* tal *pressuposto*. Por isso, pode-se dizer com razão: o amor de Deus cria a criatura, e a justiça de Deus a santifica (justifica). E, uma vez que a justiça nunca é sem amor, nem o amor sem a justiça, e visto que o amor é primário e fundamental, podemos dizer, com precisão: o *amor justo* de Deus santifica a criatura.<sup>47</sup>

O ato criador de Deus não pressupõe nada da parte do objeto da Sua amorosa vontade criadora, uma vez que este objeto não existe ainda a não ser nos pensamentos de Deus, isto é, conhecido por Deus como algo possível de ser criado. Portanto, não pode, nesse ato, haver uma conformidade à criatura existente com seu próprio ser, ou seja, a um dado criatural preexistente à ação de Deus. Mas, no mais fundo, também no ato criador de Deus que é obra de “puro” amor, vale a afirmação que, em Deus, *nunca há amor sem justiça, nem justiça sem amor*. Pois, se no ato criador não há justiça no sentido de conformidade com a realidade existente da criatura, há, no entanto, conformidade com a única realidade existente antes de haver criatura alguma: a realidade de Deus, e precisamente, *a Sua sabedoria e Sua bondade*.<sup>48</sup> Não há no ato criador alguma “arbitrariedade”; Deus dá – com total liberdade – a Si mesmo o que é Seu, isto é, age em plena conformidade com Seu amor, Sua bondade, que quer livremente comunicar-se a outros seres.

A partir do momento em que existe realmente a criatura, o amor de Deus é *justo* agindo em conformidade com a natureza da criatura, *em conformidade com a ordem criatural* estabelecida pelo amor sábio de Deus. O amor divino, que é sempre e totalmente justo, não pode deixar de levar em conta esta ordem, não pode agir sem respeitar tais dados; pois, como dissemos, a justiça sempre pressupõe algo, que, no nosso caso, é a criatura com sua natureza própria. Neste sentido, é sempre o *amor justo* de Deus que leva a criatura ao seu fim, à união perfeita, bem-aventurada com Deus e em Deus. O acento está no *amor*, mas é um amor *justo*.

Resumamos a relação entre o amor e a justiça de Deus:

A justiça está *fundada* no amor e é *expressão* do amor, sendo causa da justificação (salvação) das criaturas racionais. A justiça *serve* o amor. O amor, portanto, é mais original do que a justiça; o amor condiciona a

---

<sup>47</sup> É isto que está implicado na palavra de Santo Agostinho: Deus que te criou sem ti, não te salva sem ti.

<sup>48</sup> Cf. *S.Th.* I q. 21, a. 4 ad 4: “... etiam salvatur ibi ratio iustitiae, inquantum res in esse producitur, secundum quod *convenit divinae sapientiae et bonitati*.”

justiça e é o termo (fim) da justiça. Por isso, fica bem claro: não é a justiça divina que poderia *limitar* o amor divino na obra redentora, no sacrifício expiatório de Cristo. A justiça que de fato há neste sacrifício, *não diminui* de modo algum a grandeza do amor; pelo contrário, *manifesta mais ainda* tal grandeza do amor que se doa.

### ***A “redenção” realizada por Cristo como dom do amor justo de Deus***

Agora podemos responder a uma *objeção*. Vimos que Jesus, falando de “resgate” (*Mc* 10,45; *Mt* 20,28), sugeriu uma ideia de troca, de “comércio” (dar algo para receber alguma coisa). Os textos que falam explicitamente de “aquisição” ou de “preço”<sup>49</sup> são mais fortes ainda neste sentido. Não será que esta troca introduz na obra salvífica divina um princípio de *justiça comutativa*, a qual *atenua* consideravelmente a *gratuidade* da salvação oferecida à humanidade pela obra redentora de Cristo?

Na realidade, as imagens de resgate ou de aquisição não se podem aplicar ao sacrifício de Jesus de um modo absoluto demais, quer dizer: não se devem tomar *imagens* por *conceitos precisos*. Na obra redentora não se trata de cumprir as exigências de uma justiça comutativa. Isto fica claro quando se aplica literalmente as imagens de “resgate”, “aquisição” ou “preço” à obra redentora de Cristo. Fazendo isso, logicamente deve haver um *vendedor* e um *comprador*, um *preço* (moeda) de pagamento e uma *coisa* ou pessoa (um escravo) vendida ou, respectivamente, comprada. Então, aplicando literalmente tais conceitos à obra redentora, a explicação seria a seguinte: o vendedor é o diabo; o comprador é Deus; o preço de pagamento é o sangue de Cristo; a pessoa vendida e comprada é o homem pecador. Mas, se, de fato, o homem pecador tinha caído sob o domínio do diabo, este não tinha propriamente um direito sobre o homem; era muito mais uma usurpação do que um direito; era uma permissão divina como punição do homem por seu pecado, pelo qual se colocara do lado do diabo atendendo à solicitação dele para o mal.<sup>50</sup> Por isso, *Cristo* não precisava pagar um preço ao diabo para libertar os homens da escravidão

---

<sup>49</sup> *1 Cor* 6,20; 7,23; *1 Pd* 1,18-19; *At*, 20,28; *Ef* 1,14; *1 Pd* 2,9.

<sup>50</sup> O Catecismo da Igreja Católica ensina: “Pelo pecado dos primeiros pais, o Diabo adquiriu certa dominação sobre o homem, embora este último permaneça livre. O pecado original acarreta a «servidão debaixo do poder daquele que tinha o império da morte, isto é, do Diabo» [Conc. de Trento: DS 1511; cf. Hb 2,14]” (*CIC* 407). Cf. *S.Th.* III q. 48, a. 4 ad 2.

do *pecado*. Mas, então, o preço foi oferecido a Deus? Também não, pois o homem, pecando, não se tinha tornado escravo de Deus, antes, tinha se subtraído ao devido serviço, à subordinação a Deus. Pelo sacrifício redentor de Cristo, o homem não foi libertado de uma escravidão em relação a Deus, isto é, tendo Deus como patrão. Os homens não precisavam ser libertados *de* Deus, mas *para* Deus, isto é, para serem de novo filhos de Deus, servindo-O em perfeita submissão amorosa. Além disso, o preço de resgate foi fornecido *por Deus mesmo*, a saber, pelo *Pai, enviando Seu Filho*. Notam-se, portanto, as dificuldades e inconveniências que surgem quando se entende a imagem da “redenção” como se fosse um conceito preciso.

Por outro lado, esta imagem deve ser levada a sério. Está errado não reconhecer o valor dessa linguagem figurativa, como se nela não estivesse presente um ensinamento valioso, uma doutrina que precisa ser levada a sério. O que, então, querem dizer essas imagens (“resgate”, “preço”, “aquisição”, “redenção”, isto é, libertação através de um preço de resgate)? De um lado, elas manifestam com clareza impressionante a *realidade* da nossa *escravidão*. Em toda a verdade e realidade, nos tornamos escravos pelo pecado (cf. *Jo* 8,34). Além disso, essas imagens põem em relevância o *aspecto doloroso da morte* de Jesus, o “*drama*” da obra redentora: “dar a vida em resgate” pela libertação de outros é algo dramático. Podemos lembrar-nos dos atos heróicos de membros da Ordem dos Mercenários ou da Ordem da Santíssima Trindade, as quais se empenharam pela libertação de cristãos que eram escravos dos muçulmanos. Quando não havia mais dinheiro para pagar o preço de libertação, houve quem se oferecesse a si mesmo como preço de resgate para libertar cristãos escravos em perigo de perderem a sua fé cristã.

O que fez Cristo? Ele *assumiu a nossa condição de escravos*, isto é, a nossa condição depois do pecado de Adão (cf. *Hb* 2,14-15). Isto implica que Ele também deixou Satanás exercer influência sobre Si (tentações, paixão e morte<sup>51</sup>). O ponto culminante disso foi que *Ele Se expôs ao poder das trevas* (cf. *Lc* 22,53), deixando-Se matar pelos homens pecadores instigados pelos espíritos malignos. Portanto, é verdade que Cristo Se entregou por nós ao poder do diabo. Mas Ele o fez *livremente e por amor*, não por uma exigência de justiça da parte do diabo, isto é, não devendo algo ao diabo, portanto, não como um preço que Ele devesse pagar ao

---

<sup>51</sup> Em *Hb* 2,14, o diabo é explicitamente apresentado como quem “detém o poder da morte”.

diabo para libertar os homens do poder dele (cf. *Jo* 14,30-31). De fato, o diabo deve ter pensado: “Agora posso destruí-lo, agora está em meu poder”. Neste sentido encontramos nos escritos de Padres da Igreja a comparação da humanidade de Cristo com uma isca (anzol) para o diabo.<sup>52</sup> O diabo, como um peixe ávido, apoderou-se da isca, comeu-a, por assim dizer, mas com isso ficou preso e vencido, justamente no momento em que pensou poder vencer, poder obter a vitória contra Jesus. Pois pela Sua morte, dando livremente a Sua vida por amor, Jesus venceu a morte: pela morte de *amor* (morrendo livremente por amor) venceu a morte de *pecado* (proveniente do pecado). Portanto, Cristo Se expôs à ação do diabo, assumiu a nossa condição até a morte de cruz, mas tudo isso foi por puro amor, sem que o diabo tivesse de fato poder sobre Ele, como tinha sobre os homens pecadores. Por isso deu-se a derrota do diabo por Cristo crucificado.<sup>53</sup>

Por tudo isso se reconhece a realidade da “redenção” (“preço de resgate”, “aquisição”): Cristo, por Sua entrega dolorosa, Sua paixão e morte, que é ato supremo de amor, arrancou ao diabo a sua “presa” e nós fomos “arrancados do poder das trevas e transferidos para o Reino do Seu Filho bem-amado” (*Cl* 1,13). Quando se fala de “redenção” e, assim, de “preço” da nossa libertação (cf. *IPd* 1,18-19: “sangue precioso”), indica-se o *valor* imenso, até infinito, desse ato de amor sofrido e obediente de Cristo. Este valor é objetivo, existe na verdade; a paixão e morte de Jesus têm este valor realmente diante do próprio Deus; e nós também devemos reconhecer este valor real, a preciosidade e a eficácia do sangue de Cristo derramado por nós (cf. *IPd* 1,18-20).

Ora, é este valor que é indicado e salientado quando se diz que Cristo “mereceu” por nós o perdão dos pecados, a salvação. Cristo, enquanto homem, adquire um *direito* à graça do perdão dos nossos pecados e a todas as graças da nossa santificação. Mas isto não faz com que se introduza na obra redentora de Cristo um exercício de justiça comutativa. Pois o fato primordial que *exclui* um intercâmbio de justiça comutativa, é o *amor*

---

<sup>52</sup> Cf., p. ex., Gregório de Nissa, *Oratio catechetica magna*, c. 24; Ambrósio, *Expositio Evangelii secundum Lucam*, 4,12: PL 15,1616.

<sup>53</sup> Aqui precisa levar em consideração o antagonismo entre Adão e Cristo, e, correspondentemente, entre a árvore da vida ou do conhecimento do bem e do mal, e a árvore da cruz, entre a desobediência de Adão e a obediência de Cristo, entre o querer ser como Deus, da parte de Adão, e o assumir o modo de ser de servo (δοῦλος – escravo; cf. *Fl* 2,6-7), da parte de Cristo, entre a vitória do diabo pela árvore no paraíso e a sua derrota pela árvore da cruz de Cristo.

do Pai que dá como resgate o Seu próprio Filho. O que é oferecido no sacrifício expiatório da cruz, vem em primeiro lugar deste amor paterno, de tal modo que *toda a obra redentora* realizada por Cristo é *dom de Deus à humanidade*. A graça primordial é a própria encarnação: “Deus amou tanto o mundo, que deu Seu Filho único, para que todo o que crer n’Ele não morra, mas tenha a vida eterna” (Jo 3,16).

O aspecto de *justiça* que realmente existe na obra redentora e se manifesta na exigência de um “resgate”, isto é, do sacrifício expiatório de Cristo para a obtenção do perdão dos nossos pecados – portanto, não um perdão sem expiação ou propiciação –, faz aquele dom divino ainda *mais generoso*; pois é o próprio Pai quem dá esse resgate por nós, ao dar-nos, para isso, o Seu próprio Filho (encarnação redentora). Vale aqui, até de modo particular, aquela característica do amor divino em relação à justiça divina, de que já falamos anteriormente: o *amor é primário e fundamental*. E pela exigência da expiação (sacrifício da cruz) a obra redentora não perde nada da sua essencial *gratuidade*: é completamente dom divino para nós, dom não merecido por nós.

Aliás, esta característica se reflete perfeitamente também na obtenção da salvação da parte de cada indivíduo humano. É verdade que Jesus Cristo mereceu por todos nós a graça, todas as graças, e que nós podemos merecer a bem-aventurança em Deus, a glória do céu, mas os próprios méritos nossos são fundamentalmente ou radicalmente *dom de Deus*. Para cada pessoa humana, tudo começa com um dom gratuito de Deus; a graça inicial é *pura graça sem mérito algum* da parte da pessoa humana que a recebe. O próprio *poder* merecer nos *vem de Deus*! Por isso, não podemos dizer a Deus: “Dai-me o que me deveis” (que eu vos dei primeiro), mas: “Dai-me o que me prometestes”, “dai-me aquilo que é consequência do Vosso dom para mim”.

Como se pode ver, esta nossa reflexão sobre o *amor justo* de Deus não tem nada a ver com aquela teoria que “esvazia a força da cruz de Cristo” (cf. *1Cor* 1,17). Refiro-me à doutrina que diz: através da Sua paixão e morte, Cristo não nos *obteve* o perdão dos pecados, a salvação, mas por este Seu supremo ato de amor Ele somente *manifestou* o perdão já concedido por parte de Deus, sem que, para isso, precisasse de expiação, de satisfação oferecida a Deus<sup>54</sup>. O valor da vida e, particularmente, do

---

<sup>54</sup> A respeito da doutrina do Magistério da Igreja, cf. *CIC* 615: “Por sua obediência até a morte, Jesus realizou a substituição do Servo Sofredor que «oferece sua vida em sacrifício expiatório», «quando carregava o pecado das multidões», «que ele justifica

mistério pascal de Jesus estaria somente na *manifestação* do amor misericordioso do Pai, nada mais. Cristo não seria *causa* (meritória – pelo sacrifício expiatório) da nossa salvação, mas apenas manifestação dela; seria simplesmente o *modelo* a imitar, modelo atraente que pode levar a arrepender-se dos pecados e acolher o dom divino do perdão, a salvação.<sup>55</sup>

## VI. Amor e ira de Deus – a revelação do *amor santo* de Deus

Ficou esclarecido que a obra da redenção, assim como se realizou no sacrifício da cruz de Cristo, é uma obra *inspirada totalmente pelo amor* do Pai e do Filho. A cruz de Cristo não é o resultado da *ira* de Deus sobre Cristo como representante da humanidade.

Mas, para ser fiel a toda a verdade do mistério da obra redentora de Cristo, não se podem e não se devem ignorar as afirmações da S. Escritura que se referem à *ira* de Deus. O próprio São Paulo, como já foi mencionado, descreve a ira de Deus que afeta o pecador (cf. *Rm* 1-3). Segundo ele, a redenção tem a finalidade de *livrar-nos desta ira*: “Jesus que nos livra da ira vindoura” (*1Ts* 1,10). Depois de termos rejeitado certas concepções que atribuem à ira divina um papel na obra redentora que ela não tem, devemos perguntar: como é que, de fato, se relaciona esta ira divina com a obra da redenção?

Na S. Escritura, a ira divina é descrita como a *primeira reação* de Deus ao pecado do homem, *anterior a toda reconciliação e todo perdão*.<sup>56</sup> Pelo pecado, o homem rejeita o amor de Deus, age como inimigo de Deus; o povo rompe a aliança com Deus. A esta ruptura Deus reage manifestando a Sua ira com castigos. O Antigo Testamento fala frequentemente dos castigos divinos, p. ex.: “O SENHOR desprezou e rejeitou a geração que provocava sua ira” (*Jr* 7,29). “Os castigos não são somente exteriores, mas afetam o íntimo do homem, o qual é abandonado à influência degradante do pecado”<sup>57</sup> (cf. *Is* 64,6; *Rm* 1,24.26.28).

---

levando sobre si o pecado de muitos» [cf. *Is* 53, 10-12]. Jesus prestou reparação por nossas faltas e satisfaz o Pai por nossos pecados” [cf. Conc. de Trento: DS 1529].

<sup>55</sup> Cf. a este respeito, N. THANNER, “*Deus amou tanto o mundo que enviou-nos Seu Filho como vítima de expiação pelos nossos pecados*”. Para uma compreensão e vivência da expiação cristã, em *Sap. Cruc.* 8 (2007), 64-72.

<sup>56</sup> Também aqui assumimos a reflexão de Jean Galot (*Gesù liberatore*, 179-182), desenvolvendo-a ulteriormente.

<sup>57</sup> J. GALOT, *Gesù liberatore*, 180.

Deste modo esclarece-se o *sentido* da ira divina: Deus tira simplesmente as *consequências* da ação má do pecador. Deus acolhe, da Sua parte, a inimizade proveniente da má vontade dos homens, e *faz os homens experimentar os frutos da sua ação pecaminosa*.

Deve-se levar a sério o modo de falar da S. Escritura. A “ira” divina tem um *significado real*. Trata-se, certamente, de um “antropomorfismo”, isto é, um modo de falar de Deus como se fosse um homem. Mas com este modo de falar se afirma algo a respeito de Deus que verdadeiramente existe n’Ele. Sem dúvida, se deve entender a “ira” de Deus de um modo que seja compatível com a perfeição divina: em Deus não pode haver uma “irritação egoísta nem um espírito de vingança devido ao amor próprio”<sup>58</sup>. O modo de falar do Antigo Testamento poderia dar a impressão de uma espécie de orgulho ferido ou de uma legítima sede de vingança.

Na verdade, porém, a ira divina não pode ser concebida senão como expressão da *santidade* divina que não pode senão dizer um “*não*” *total e absoluto ao pecado* da Sua criatura. A razão deste “*não*” absoluto está no Seu *amor*, que é amor *santo*. Este amor santo é amor a *Si mesmo*, o bem por essência, como também amor à Sua *criatura*, o homem.

Vejamos primeiro a dimensão do amor santo de Deus como amor a *Si mesmo*. Sob este aspecto, a ira de Deus é expressão do Seu amor santo, enquanto o pecado é um *mal* para *Deus* mesmo, não somente para o homem que peca. O Catecismo da Igreja Católica, sintetizando os dados da revelação divina, diz: “*Quem peca fere a honra de Deus e seu amor*” (CIC 1487). Sim, “o pecado é antes de tudo uma ofensa a Deus” (CIC 1440), desonrando Deus (“ferindo” a Sua honra) e também *contrariando o Seu amor* a Si mesmo, pois não pode negar a Si mesmo. A ira divina é expressão deste amor contrariado.

No que diz respeito ao amor divino pela Sua *criatura*, a ira divina também é a expressão deste amor *contrariado*. Sendo assim, a ira de Deus se manifesta já no Antigo Testamento como o “reverso do seu amor a Israel”.<sup>59</sup> Amar significa *querer o bem do amado*, como também *a união com ele*; aliás, no caso da criatura, o bem da criatura está na sua união com Deus. Por conseguinte, se Deus ama de verdade a Sua criatura, Ele não pode ficar indiferente diante do pecado dela. Pois o pecado faz mal

---

<sup>58</sup> J. GALOT, *Gesù liberatore*, 180.

<sup>59</sup> J. FICHTNER, *Der Zorn GOTTES im Alten Testament*, em: ThWNT V,410: “Kehrseite seiner Liebe zu Israel”.

à criatura mesma, destruindo a sua união com Deus. Ora, *querer o bem* significa logicamente *não querer o mal*. Não querer o mal é o reverso do querer o bem. Deus, sendo o bem por essência – esta é Sua santidade ontológica, a santidade do ser – e não querendo senão o bem, nunca o mal (moral) – eis a Sua santidade moral, a santidade do agir –, *não pode, de modo algum, passar com indiferença por cima do pecado da Sua criatura amada*. Ele desaprova infinitamente o pecado. O pecado Lhe desagrade infinitamente, porque Ele é o próprio bem por essência<sup>60</sup> e o próprio amor por essência: amor santo.

A ira divina é, portanto, a reação de Deus a tudo aquilo que Ele, *no Seu amor* a Si mesmo e à Sua criatura, *não quer de modo algum*.

A razão da ira em Deus é que Ele leva a sério a vontade do homem e quer respeitar esta liberdade, *querendo*, ao mesmo tempo, *o autêntico bem do homem*, sendo que este bem é diretamente contrariado pelo pecado do homem. Esta atitude de Deus é certamente uma atitude de *amor*.

Esta ira divina manifestou-se visivelmente, em forma humana, no olhar de Jesus sobre os fariseus endurecidos (cf. *Mc* 3,5).<sup>61</sup> Este olhar é a *encarnação da ira divina* em resposta ao pecado. Mas não deixa de ser um olhar de *amor*; porém, não de um amor de complacência, mas de um amor *entristecido*, que deplora esta dureza de coração. Este olhar triste de Jesus manifesta que a ira divina é realmente um aspecto do amor; é expressão do amor ferido, ou seja, da “*dor*” do amor santo que quer o bem para o amado, o qual, porém, se recusa a este amor (cf. *Os* 11,8-9). Deus pode ser o Deus da *ira*, porque é o Deus do *amor*. Ele fica irado porque ama o homem, porque não Lhe é indiferente se o homem perece ou não.

Se a ira é expressão de amor, se, portanto, provém do amor, compreende-se melhor que ela pertença realmente ao desígnio divino de *salvação*.<sup>62</sup> Pois, se a ira é manifestação do *amor santo*, ela deve ser, de um lado,

---

<sup>60</sup> A santidade divina é Sua infinita transcendência exatamente como o bem-por-essência, a própria bondade infinita.

<sup>61</sup> *Mc* 3,4-5: “E perguntou-lhes: «Em dia de sábado, o que é permitido: fazer o bem ou fazer o mal, salvar uma vida ou matar?» Eles ficaram calados. Passando sobre eles um olhar irado, e entristecido pela dureza de seus corações, disse ao homem: «Estende a mão!» Ele estendeu a mão, que ficou curada.”

<sup>62</sup> Se a ira faz parte do desígnio divino de salvação, isto não quer dizer – digamo-lo mais uma vez – que, no sacrifício redentor de Jesus, ela esteja em ação na relação entre o Pai e o Filho. Como Jesus mesmo declarou, Ele, ao entregar Sua vida, em Sua paixão e morte, *agrada sumamente* ao Pai. O Pai olha-O com muito agrado, não O olha, de modo

*desaprovação absoluta, total e infinita do mal do pecado*, ou seja, desagrado, desgosto<sup>63</sup> pelo pecado da Sua criatura – eis o aspecto da *santidade* absoluta –, e, por outro lado, deve ser

*desejo do verdadeiro bem da criatura pecaminosa* (que consiste na união com Deus através do perdão divina e a conversão do pecador) – eis o aspecto do *amor*.<sup>64</sup>

Uma vez que atribuímos a ira a Deus, respeitando devidamente o fato de que em Deus ela está realizada de um *modo totalmente diferente* do modo humano, convém lembrar-nos do *papel positivo* que a ira, como “paixão” ou sentimento, tem na vida humana. Nisto, podemos seguir a exposição muito resumida que o Catecismo dá da doutrina tradicional a respeito das “paixões” humanas:

As paixões são numerosas. A paixão mais fundamental é o amor provocado pela atração do bem. O amor causa o desejo do bem ausente e a esperança de consegui-lo. Este movimento se completa no prazer e na alegria do bem possuído. A percepção do mal provoca ódio, aversão e medo do mal que está por chegar. Este movimento se completa na tristeza do mal presente ou na cólera que a ele se opõe. (CIC 1765)

O objeto da ira é sempre um *mal* e, precisamente, não um mal futuro (neste caso, a paixão seria a audácia ou o medo), mas um mal *presente*. Ora, como diz o Catecismo, a ira “se opõe” ao mal presente. Isto quer dizer que a ira faz com que o homem não se resigne com a presença do mal, mas se empenhe com toda a força para *eliminá-lo*. Aplicando isto à ira divina, compreende-se o *papel* da ira de Deus na própria obra divina de *salvação*: a Sua ira faz Deus querer, “a todo custo”, *eliminar o pecado*, isto é, o seu resultado, que, do lado de Deus, é a ofensa e, do lado do homem, a exclusão da comunhão com Deus.

---

algum, com ira. “Tu és meu Filho amado! Em ti está o meu agrado” (Mc 1,11). Esta palavra do Pai para Jesus vale também e especialmente na hora da Sua paixão e morte na cruz. Nesta hora, não há nada em Jesus que não seja do agrado do Pai: o Pai encontra satisfação infinita no amor santíssimo, sofredor, obediente de Jesus crucificado.

<sup>63</sup> Cf. a fortíssima, antropomórfica expressão disso em Gn 6,6-7: “Então o SENHOR *se arrependeu* de ter feito o homem na terra, e ficou com o coração magoado. E o SENHOR disse: «Exterminarei da face da terra o homem que criei e, com ele, os animais ..., pois *estou arrependido* de os ter feito.”

<sup>64</sup> Daí a norma de conduta cristã em relação ao pecador: odiar o pecado, mas amar o pecador.

Sendo assim, compreende-se bem que, segundo o ensinamento do Apóstolo Paulo, a condenação do pecado é o momento inicial de um plano bem mais amplo de salvação: “A Escritura encerrou tudo sob o domínio do pecado, a fim de que a promessa, pela fé em Jesus Cristo, fosse concedida aos que têm fé” (*Gl 3,22*).<sup>65</sup> Aliás, não se deve entender mal a forma *cronológica* sob a qual é apresentada a ação da ira divina. Não houve um período histórico, no qual os homens, por causa dos seus pecados, tivessem caído simplesmente sob a ira divina. O desígnio de salvação, anterior à criação do mundo, sempre dirigia o curso da história da humanidade, de modo que *toda a história foi sempre dirigida pelo amor salvador do Pai*. A ira divina manifesta aquilo que os homens pecadores *merecem objetivamente*. Neste sentido podemos ver presente a ira divina no mistério da cruz de Cristo: a grandeza do *sofrimento expiatório* de Jesus manifesta a infinita *maldade do pecado* como ofensa a Deus.

Convém esclarecer ainda que até agora falamos somente da ira divina sobre os homens que ainda vivem na terra, os quais, portanto, ainda são capazes da abertura à ação salvadora de Deus. Existe, no além, o juízo de *condenação*.<sup>66</sup> Esta condenação divina dos pecadores só pode ser, da parte do amor divino, o ato de *respeitar a vontade imutavelmente rebelde* e de exclusão, por força deste santo amor divino, da comunhão com Deus. Deus, que é infinito amor santo, não pode senão dizer um “não” total ao mal do pecado. Por isso, ao pecador que definitivamente quer o pecado, isto é, que diz “não” a Deus, preferindo outra coisa ao próprio Deus, Deus não pode dizer: “vem!”, mas somente: “afasta-te!”, ou seja, consentir que ele se afaste, pois se afasta por si mesmo. Isto significa que a ira divina *permanece* sobre o pecador: Deus leva a sério a vontade rebelde e a faz experimentar o resultado desta sua perversão definitiva. Portanto, esta ira é também manifestação do amor santo de Deus; agora, porém, sem o desejo de Se doar ao homem pecador libertando-o da exclusão da comunhão com Deus, uma vez que *não* existe mais esta *possibilidade*. E por que não existe? Não porque Deus, *no que depende d’Ele*, não quisesse mais a salvação do homem pecador<sup>67</sup>, mas porque Ele *respeita* – que

---

<sup>65</sup> Cf. também *Rm 3,5-26* e *11,32*. Aliás, convém notar: para que possa haver novamente a comunhão com Deus pela conversão e o perdão do pecado, é necessário, por parte do pecador, o reconhecimento do pecado como ofensa a Deus.

<sup>66</sup> Cf. *Mt 25,31-36*; *Mc 16,16*; *Jo 3,18*.

<sup>67</sup> Deus continua a *amar* o homem pecador, pois, do contrário, este deixaria de existir.

grande mistério da grandeza da pessoa humana, com sua vontade livre, aos olhos de Deus! – *a decisão definitiva do pecador*.

Este não é o caso do homem pecador nesta terra. A seu respeito, a ira como manifestação do amor santo de Deus é *desejosa da conversão do pecador*. Na verdade, ela está dominada por uma intenção de *misericórdia*, a qual aparece com tanto mais força, quanto mais forte é a *ira*. Já no Antigo Testamento manifestou-se a *transformação da ira em misericórdia*: “Num ímpeto de ira, por um momento eu te escondi meu rosto, *com amor eterno compadeci-me de ti*, diz o SENHOR, teu Redentor” (Is 54,8).

Este amor misericordioso é, afinal, o atributo divino que se manifesta, acima de tudo, no sacrifício expiatório de Jesus Cristo na cruz. No entanto, antes de refletir sobre esta manifestação suprema do amor misericordioso de Deus na paixão e morte de Cristo na cruz, vejamos a manifestação do amor sábio e todo-poderoso neste mistério.

## **VII. A “loucura da cruz” e a “fraqueza da cruz” – revelação do amor sábio e todo-poderoso de Deus**

Reconhecemos que a obra redentora de Deus está totalmente inspirada pelo amor, amor do Pai e do Filho, no Espírito Santo. Reconhecemos nesta obra uma *manifestação* deste amor divino como amor *justo* (justificador) e amor *santo*. Com relação à justiça, o amor é primário e fundamental. Por isso dissemos *amor justo*, com o acento sobre a palavra “amor”. A ira, por sua vez, é uma manifestação deste mesmo amor, mas sob o aspecto da sua santidade. Vejamos agora dois outros aspectos do amor divino revelado no mistério pascal de Cristo.

Na primeira Carta aos Coríntios, São Paulo fala-nos destes dois aspectos. É verdade que ele não fala expressamente do “amor” sábio, nem do “amor” todo-poderoso. Ele apresenta o mistério da cruz, ou seja, de *Cristo crucificado*, como “o *poder de Deus* e a *sabedoria de Deus*” (1 Cor 1,24). O Apóstolo “indica que Deus quis fundar a salvação humana sobre a morte de seu Filho, revelando que ele é capaz de tirar a vida da morte, de transformar aquilo que é fraco, em força redentora, aquilo que é último e desprezado, em instrumento de vitória e de glória. Somente a infinita sabedoria de Deus podia conceber tal projeto salvífico, e somente a sua onipotência era capaz de realizá-lo”.<sup>68</sup>

---

<sup>68</sup> R. LAVATORI, *L'Unigenito dal Padre*, Bologna 1983, 372.

O que Deus disse por meio do profeta Isaías, realizou-se de maneira estupenda no mistério pascal de Jesus Cristo: “Os meus pensamentos não são os vossos pensamentos, e vossos caminhos não são os meus – oráculo do SENHOR. Pois tanto quanto o céu acima da terra, assim estão os meus caminhos acima dos vossos e meus pensamentos distantes dos vossos” (*Is* 55,8-9). O modo de pensar e agir do homem dista tanto do modo de pensar e agir de Deus! O caminho pelo qual Deus quis realizar a obra redentora está tanto acima do plano que os homens poderiam ter excogitado, que para os homens, baseados somente na sua sabedoria humana, este caminho parece ser loucura: “A palavra da cruz é uma *loucura* para os que se perdem” (*1Cor* 1,18). Como indicam as palavras “os que se perdem”, o mistério da cruz é loucura para os homens que não se abrem à comunicação sobrenatural de Deus. De fato, do ponto de vista puramente humano, tal modo de agir que Deus escolheu para realizar a salvação dos homens, é uma loucura; mas é loucura somente porque o homem, com suas capacidades humanas, nunca poderia realizar “nos seus próprios caminhos”, isto é, com seus meios, o que Deus realizou “nos Seus caminhos”.

Se o homem mede o pensamento e a ação de Deus por suas próprias medidas, então, sem dúvida, o modo de pensar e agir de Deus lhe parecem absurdos. Pois Deus serve-Se do *extremo despojamento e fraqueza*, até da própria *morte*, para realizar a Sua ação libertadora. Ele usa meios que parecem mesmo ser *os menos idôneos* ou *menos eficientes* para obter o fim intencionado. Mas é justamente nisto que se manifesta a profundíssima sabedoria divina. Deste modo fica claro que a salvação pertence a Deus; *só Deus* é a origem e a causa da redenção do homem; o homem por si não se pode salvar. Os meios humanos, por mais nobres e válidos que sejam, são insuficientes e inadequados para realizar a obra da salvação.

A salvação, portanto, é *obra exclusiva* do infinito *poder* de Deus e não pode ser atribuída às capacidades e atividades humanas. A cruz de Cristo é revelação suprema disso. Pois em Jesus crucificado realiza-se o pleno aniquilamento humano, a total fraqueza, absoluta impotência, nada de manifestação de poder humano, tudo pelo contrário; todavia, na cruz Jesus é exaltado como príncipe da vida e senhor do universo. É na cruz que a vida vence a morte para sempre e é proclamada a supremacia do Deus vivo que dá a vida.

A salvação é obra exclusiva do infinito *poder* de Deus, sendo o poder *do amor* divino. O poder divino que se manifesta na cruz é, portanto, marcadamente o poder do amor. Não é somente *aparência* de poder, é

*realmente* poder divino. Aliás, para os olhos humanos nem tem aparência de poder; tem aparência de fraqueza, como a cruz, aos olhos da sabedoria e prudência humana, tem aparência também de loucura. Mas esta aparente fraqueza e loucura, sendo fraqueza e loucura do amor divino, é atuação do amor *todo-poderoso* e *infinitamente sábio*. “Pois a loucura de Deus é mais sábia que os homens, e a fraqueza de Deus é mais forte que os homens” (1Cor 1,25).

De fato, na redenção através da paixão e morte ignominiosa de Cristo – a maior fraqueza e aniquilamento que possa haver para o homem! –, Deus manifesta, de uma maneira inigualável, o Seu poder como poder do amor; como disse o Senhor mesmo a Paulo: “é na fraqueza que a força manifesta todo o seu poder” (2Cor 12,9). Pois dar a vida para a salvação de outrem – e dá-la deste modo tão doloroso – é ato supremo de amor. Portanto, a Cruz é o ápice do amor, um amor *fortíssimo*, mais forte do que a maior maldade das criaturas. É um amor forte não somente quanto à *intensidade* do amor, mas também quanto à sua *eficácia*. A vitória redentora pela paixão e morte, desembocando na glorificação, manifesta não somente que Deus sabe usar a fraqueza, os sofrimentos, a própria morte humana, para, por meio dela, realizar uma obra tão grandiosa como é a obra da salvação eterna do inteiro gênero humano; manifesta também que Deus sabe usar até o pecado, a maior maldade humana, como instrumento para a realização da Sua obra de amor salvador. A criatura, rebelando-se contra Deus pelo pecado, serve assim mesmo, isto é, sem querer, até querendo o contrário, como instrumento de Deus na realização da Sua obra de salvação. Não é prova estupenda do poder e da sabedoria divinos o fato de que Deus sabe e é capaz de realizar uma obra magnífica através de meios ou instrumentos *fracos* e, mais ainda, através de instrumentos *rebeldes*, como foram, p. ex., Judas, Caifás e outros, que cometeram um grandíssimo pecado pelo que fizeram a Jesus? Deus, em Sua sabedoria e Seu poder divino de amor, *soube do maior mal jamais cometido* tirar o *maior dos bens* (cf. CIC 312). Nada resiste ao plano de Deus, tudo tem de servir ao Seu plano. Este poder divino manifesta-se propriamente naquele evento que é ao mesmo tempo a maior manifestação de fraqueza: o sofrimento até a morte.

Uma vez que esta obra divina da salvação ou redenção é obra da autocomunicação de Deus a nós, portanto é explicitamente obra de amor, o poder e a sabedoria que nela se manifestam e atuam são poder e sabedoria do *amor*. A paixão e morte de Jesus é manifestação do *amor sábio* e *todo-poderoso* de Deus.

Neste mistério, o poder divino manifesta-se em *servir*. O amor todo-poderoso no sacrifício redentor de Jesus é o amor que *serve* até ao ponto extremo. Ora, somente o amor de infinito poder podia aniquilar-se, fazer-se fraco a tal ponto de, humanamente, não se poder mais falar de poder algum, mas de fraqueza, de *impotência*, isto é, falta de todo e qualquer poder; somente este amor todo-poderoso podia em tudo isso agir tão poderosamente; podia *vencer*, em toda a verdade e realidade, *ao ser vencido* humanamente; podia *combater*, isto é, agir poderosamente, *ao padecer*; podia *falar* com misteriosa eloquência *ao silenciar*. Não é verdade que Cristo crucificado fala – para quem tem fé –, com insuperável eloquência, do amor de Deus, do amor do Pai que enviou Seu Filho, do Seu amor como o Filho encarnado, e da união de amor entre Eles que é, em pessoa, o Espírito Santo, no qual Jesus Se ofereceu ao Pai<sup>69</sup>? De fato, só o Deus todo-poderoso pode tanto fazer-Se “fraco” sem perder o Seu poder, mas, sim, *vencer através da “fraqueza”*. É o mistério da cruz como mistério do *poder de Deus* que é *Amor*. Na verdade, ninguém poderia ter imaginado ou descoberto este mistério pela sabedoria humana; é manifestação da *sabedoria divina*. Por isso exclama o Apóstolo: “Ó profundidade das riquezas, da sabedoria e da ciência de Deus! Como são impenetráveis os seus juízos e incompreensíveis os seus caminhos!” (Rm 11,33).

### **VIII. A máxima revelação do amor misericordioso de Deus na paixão e morte de Jesus na cruz**

Sem dúvida, os juízos de Deus são impenetráveis e Seus caminhos incompreensíveis. Deus permanece para nós um mistério, até mesmo depois de Ele Se ter revelado a nós pela encarnação redentora de Cristo e o envio do Espírito Santo. Mas, uma vez que Ele Se revelou, podemos conhecê-Lo e procurar compreender, na medida do possível, o Seu mistério. Ora, é justamente pelo mistério pascal de Jesus que Deus nos manifestou que Seu mistério é um mistério de *amor*. Na nossa reflexão, partimos da afirmação do Apóstolo João: “Nisto consiste o amor: não fomos nós que amamos a Deus, mas foi ele que nos amou e enviou o seu Filho como vítima de expiação pelos nossos pecados” (1Jo 4,10). O Deus que Se revela na paixão e morte de Jesus na cruz é verdadeiramente Deus que é *Amor*. “Deus é amor” (1Jo 4,8.16), esta é a verdade que resplandece em Jesus crucificado e ressuscitado.

---

<sup>69</sup> Cf. Hb 9,14.

Este amor é um amor de benevolência, amor-*bondade* que doa: Deus Se doa à Sua criatura; eis o aspecto primário e fundamental.

Este amor é também um amor *santo*, amor-*santidade* que quer absolutamente e exclusivamente o bem, rejeitando o mal.

É também um amor *justo*, amor-*justiça*, dando a cada um, a Deus mesmo e à criatura, o que lhe é devido.

Vimos também que na paixão e morte de Jesus na cruz, com a Sua consequente glorificação, se manifesta o amor *sábio* e *todo-poderoso* de Deus.

De um modo particularíssimo, porém, é o amor *misericordioso* que se manifesta na paixão e morte de Jesus na cruz! Vejamo-lo brevemente.<sup>70</sup>

Em Seu amor benevolente, amor-*bondade*, Deus criou o homem e Se doou a Ele para uma comunhão consigo que é participação da divina comunhão trinitária, ou seja, participação da comunhão do Filho com o Pai no Espírito Santo. O homem pecou, ofendendo assim a Deus (ferindo Sua honra e Seu amor) e perdendo essa comunhão com Ele. Isto desagrada infinitamente ao amor *santo*; a santidade do Deus-Amor não pode senão dizer um “não” absoluto a isso; não quer isso; é a “ira” divina como “dor” do amor de Deus. Uma consequência disso é o *castigo* para o pecador, reparando assim a ofensa infligida a Deus (a “ferida” da Sua honra, a desonra), e se o castigo for eterno, este terá uma dimensão infinita para reparar a ofensa divina que também tem uma dimensão infinita, por ser ofensa a alguém de dignidade infinita.

Mas o amor santo é primariamente *amor*; a ira é o descontentamento, a “dor” do *amor* de Deus, sendo amor tanto a *Si mesmo* como também ao *homem* que pecou. Por isso, não é somente a desonra divina (ofensa) que lhe desagrada, mas também a situação desastrosa do homem pecador. O amor divino fica sendo amor benevolente, amor-*bondade*! Quer comunicar-Se, quer doar-Se, quer unir a Si aquele que criou para a feliz comunhão consigo. Então, por que não perdoar simplesmente ao homem, comunicando-lhe novamente o amor divino (o Espírito Santo) em seu coração?

---

<sup>70</sup> Cf. a exposição disso nos artigos já mencionados, exatamente: *O porquê da Cruz (II)*: 2(2001)41-45: “A resposta de Deus-Amor ao pecado do homem: a misericórdia divina”; “Deus amou tanto o mundo que enviou-nos Seu Filho como vítima de expiação pelos nossos pecados”. Para uma compreensão e vivência da expiação cristã: 8(2007)72-79: “A resposta de Deus-Amor ao pecado do homem: o dom do Filho como o divino amor misericordioso encarnado”.

Nesta altura da reflexão surge, porém, a pergunta se isso seria de acordo com a *justiça* divina, ou seja, se este seria um amor *justo*. O amor divino é *sempre justo*, dá sempre a Deus mesmo e à criatura o que lhes é devido.

Ora, a *Deus* é devida a *glorificação* por parte das criaturas. De fato, toda criatura é criada para a glória de Deus.<sup>71</sup> O pecado é o contrário da glorificação de Deus, desonra a Ele. Por conseguinte, a honra divina precisa ser restabelecida. A justiça requer isso. Ora, a honra divina não será plenamente restabelecida se não houver uma reparação adequada oferecida a Deus por parte do homem.

Quanto ao amor justo para com o *homem*, Deus dá ao homem o que é devido a ele quando o trata como “filho no FILHO” (o Filho responde ao amor do Pai com o amor que recebeu do Pai), ou seja, como contraente da aliança entre Deus e ele, isto é, exigindo do homem que *faça a sua parte* no restabelecimento da aliança com Deus, que ele tinha rompido. O homem pecador, porém, já não é capaz de fazer esta sua parte, pois com o pecado expulsou o amor divino do seu coração; não pode mais responder ao amor divino numa relação interpessoal com Deus. Só Deus o pode capacitar dando-lhe novamente o dom gratuito do amor divino em seu coração, quer dizer, perdoadando-lhe o pecado – sem reparação da ofensa divina por parte do homem.

Assim se dá um antagonismo entre o amor-*bondade* e o amor-*justiça*: o amor-bondade deseja doar de novo o dom do amor divino ao homem pecador, perdoadando-lhe o pecado; o amor-justiça exige, para que isso se possa realizar, a reparação da ofensa. Qual é a solução deste antagonismo, *satisfazendo perfeitamente* os dois lados? É a *misericórdia*, o amor *misericordioso*. Deus, em Sua *sabedoria* – sabedoria que, n’Ele, se identifica realmente com o amor –, encontrou um meio para fazer triunfar Seu amor inicial, pura bondade. Este meio é uma realização de misericórdia divina que ultrapassa tudo o que a nossa sabedoria humana poderia imaginar, uma maneira singular de Deus usar de misericórdia para com o homem pecador. É uma maneira que só é possível quando Deus Se faz homem; é o *sacrifício expiatório* do Filho de Deus feito homem, Sua paixão e morte na cruz.

O que é a “misericórdia”? Ser misericordioso é ser *compassivo*, isto é, *padecer com* a miséria, a dor, o sofrimento de *outra pessoa* e, por isso,

---

<sup>71</sup> Cf. CIC 293: “Eis uma verdade fundamental que a Escritura e a Tradição não cessam de ensinar e de celebrar: «O mundo foi criado para a glória de Deus».”

*ajudá-la* na medida do possível. Ora, como diz São Tomás de Aquino, uma vez que “a tristeza ou a dor é referente ao *próprio* mal, alguém se entristece ou se condói da miséria alheia, na medida em que a considera *sua*”<sup>72</sup>. O “Deus do amor” (2Cor 13,11) ama o homem, com a intensidade infinita do amor divino, e por isso, pela *união que o amor realiza* – considerando *seu* o que é da pessoa amada –, tem “*com-paixão*” com o homem pecador, considera o mal do homem como Seu próprio mal, “sofre” com o homem. Lembremo-nos do que ficou exposto a respeito da “ira” de Deus como “dor” do Seu amor. Desta “dor”, desta “com-paixão” provém “a admirável economia do amor redentor em Jesus Cristo”<sup>73</sup>.

A compaixão de Deus-Amor – Pai e Filho e Espírito Santo – é a “dor” por causa da *união de amor* com o miserável, o homem pecador. Esta compaixão é a origem da missão redentora do Filho e, consequentemente, da missão do Espírito Santo. Ora, fazendo-Se homem, o Filho pode realizar uma compaixão com o homem pecador que não é somente um “sofrer com” ele pela união *afetiva* com ele, mas por uma união *real*, quer dizer, assumindo o *próprio sofrimento do homem*, aquele sofrimento que é consequência do pecado. Assim se pode realizar perfeitamente o desejo de Deus-Amor, de Seu amor-*bondade* e de Seu amor *santo e justo*, sendo também manifestação da *sabedoria* e do *poder* do amor divino. Realiza-se pela encarnação redentora do Filho: o próprio Deus-Amor assume aquilo que o homem pecador não podia fazer, isto é, a reparação do pecado, de tal modo que tanto o pecador possa ser perdoado quanto a honra divina ser restabelecida.<sup>74</sup> É a obra perfeita do amor *compassivo*: Deus Filho, em Sua compaixão, Se faz *solidário* com o homem pecador, de uma maneira como somente a Deus (Deus *feito homem*!) é possível,

---

<sup>72</sup> S.Th. II-II, q. 30, a. 2.

<sup>73</sup> JOÃO PAULO II, Encíclica *Dominum et vivificantem*, n. 39. São João Paulo II reflete sobre esta dor perguntando-se o que é a “ofensa” em Deus. Ele fala de uma “dor inconcebível e inexprimível” “no próprio coração da inefável Trindade” e afirma então: “esta imperscrutável e indizível ‘dor’ de Pai, em definitivo, gerará sobretudo a admirável economia do amor redentor em Jesus Cristo, para que, através do ‘mistério da piedade’, o amor possa revelar-se mais forte do que o pecado, na história do homem. Para que prevaleça o ‘Dom’!”

<sup>74</sup> Quanto a esta reparação do pecado pelo amor sofredor de Cristo, cf. nesta revista: “Deus amou tanto o mundo que enviou-nos Seu Filho como vítima de expiação pelos nossos pecados”. Para uma compreensão e vivência da expiação cristã: 8(2007)41-64: “A necessidade e a possibilidade da reparação do pecado”. Também: *O porquê da Cruz (II)*: 2(2001)46-50: “O mistério da Cruz: a reparação do pecado pelo amor livre-sofredor do Filho de Deus feito homem.”

pois o amor do ser humano, ainda que seja muito forte, nunca conseguiria atingir tal grau e eficácia de *solidariedade compassiva* com as pessoas amadas. O Filho encarnado assume realmente o próprio sofrimento do homem, consequência do pecado, para *libertar* o homem da sua situação escravizante de pecador.

Vemos, portanto, com clareza, que Jesus Cristo é, sobretudo na Sua paixão e morte na cruz, a *máxima revelação do amor misericordioso* de Deus aos homens. Jesus Cristo é o *divino amor misericordioso encarnado*.

## **IX. A posição da paixão e morte de Jesus no Seu mistério pascal, manifestação de Deus-Amor**

Até agora falamos quase sempre da manifestação de Deus-Amor na “paixão e morte” de Jesus. A paixão e morte de Jesus na cruz, no entanto, não é o mistério pascal de Jesus, mas uma *parte* dele. O mistério pascal ou a Páscoa de Cristo abrange a Sua paixão e morte na cruz com a consequente sepultura, ressurreição e ascensão ao Céu. Perguntamos, então: qual é a posição da paixão e morte de Jesus no Seu mistério pascal?

Segundo o evangelho de São João, a “hora” da “Páscoa” de Jesus é a “hora de passar deste mundo para o Pai” (Jo 13,1). Este é o “Mistério Pascal” de Jesus: a Sua *passagem deste mundo para o Pai*. Esta passagem se realiza em etapas. A primeira etapa é a paixão e a morte na cruz. Mas não se trata de uma primeira etapa de várias etapas de significado igual. É a etapa fundamental, aquela da qual brotam as outras.

É a *caminhada* para o Pai, enquanto as outras são, de um e outro modo, a *chegada* junto do Pai. Precisa caminhar para chegar.

São Paulo exprime esta conexão dizendo “por isso”: “humilhou-se, fazendo-se obediente até a morte – e morte de cruz! *Por isso*, Deus o exaltou acima de tudo e lhe deu o Nome que está acima de todo nome” (Fl 2,8-9).

Outro modo de exprimir tal conexão na S. Escritura é dizer que Ele “é digno” de receber algo; assim, p. ex., no livro do Apocalipse: “O Cordeiro imolado é digno de receber o poder, a riqueza, a sabedoria e a força, a honra, a glória e o louvor” (Ap 5,12).

Em nossa linguagem falamos de “merecer”. Pela Sua paixão e morte na cruz, Jesus *mereceu* a Sua glorificação e a nossa salvação.

Pensando na conexão entre a paixão e morte na cruz e as seguintes etapas da glorificação de Jesus, a imagem da *caminhada* e *chegada* indica a conexão de *causa* e *efeito*: dando os passos necessários, a pessoa chega, pelo último passo, à meta da caminhada. Sob este ponto de vista, se vê somente a ação *da pessoa que caminha*, não da pessoa rumo à qual caminha e que quer encontrar. Quando se considera o aspecto do *sacrifício* – a passagem de Jesus deste mundo para o Pai é Seu sacrifício da cruz –, aparece também a ação *da pessoa à qual se oferece* o sacrifício. Pois, neste caso, temos a ação da pessoa que se oferece em sacrifício a Deus, Jesus Se oferece ao Pai, e a aceitação do sacrifício de Jesus por parte do Pai; portanto, *oferta* e *aceitação* do sacrifício; o Pai acolhe Jesus que Se oferece a Ele como vítima de expiação. Sob o ponto de vista do “mérito” aparece igualmente, ou até mais ainda, a ação de Deus Pai como resposta à ação do Filho encarnado: a glorificação de Jesus é uma *recompensa*, um dom merecido. Podemos unir todas estas perspectivas, reconhecendo na glorificação de Jesus o “*fruto*” da Sua paixão e morte na cruz.

Com estes esclarecimentos, podemos agora considerar a revelação de Deus-Amor, ou seja, dos diversos atributos divinos – amor, santidade, justiça, sabedoria, onipotência, misericórdia – no *mistério pascal como um todo*.

Quanto a isso, importa esclarecer o seguinte. Tudo aquilo que dissemos da paixão e morte de Jesus como revelação de Deus-Amor *não* foi reconhecido *independentemente* ou *sem consideração* da Sua ressurreição e ascensão ao Céu. É bem conhecida a argumentação do Apóstolo Paulo contra aqueles que negaram a ressurreição dos mortos: “Se os mortos não ressuscitam, então Cristo também não ressuscitou. E se Cristo não ressuscitou, a vossa fé não tem nenhum valor e ainda estais nos vossos pecados” (1Cor 15,16-17). Em outras palavras: se Cristo não ressuscitou, a Sua passagem deste mundo para o Pai não ficou concluída, Ele não chegou até o Pai, o Seu sacrifício não foi aceito pelo Pai, o valor do Seu ato heróico de amor não foi reconhecido, não recebeu a devida recompensa, ficou sem “fruto” – para Ele e para os homens a serem salvos. Na verdade, este “fruto” estava *assegurado*; para isso Jesus foi enviado pelo Pai. “Foi precisamente para esta hora que eu vim” (Jo 12,27). Esta hora, a hora de passar deste mundo para o Pai (Jo 13,1), é a hora do grão de trigo que deve cair na terra e morrer para produzir fruto (Jo 12,24: “se o grão de trigo que cai na terra não morre, fica só. Mas, se morre, produz muito fruto”).

Vê-se, portanto, que a paixão e morte de Jesus estão em inseparável conexão com a Sua glorificação e totalmente orientadas para esta como para seu fruto, seu fim. Aliás, talvez precise aqui esclarecer que a glorificação de Jesus não consiste somente nas duas etapas da ressurreição e da ascensão ao Céu. Existe uma etapa anterior. É a Sua volta aos braços do Pai, já na cruz: “Tudo está consumado” (Jo 19,30) – “Pai, em tuas mãos entrego o meu espírito” (Lc 23,46). Esta é a Sua chegada ao Pai como homem, isto é, exatamente, com Seu espírito, Sua alma humana, separada do corpo. É a Sua vitória de Redentor já no momento da morte! Ele cumpriu consumadamente a Sua obra (“Está consumado!”), aquela obra para cuja realização tinha sido enviado pelo Pai.

Ora, esta vitória, como também, em seguida, a ressurreição e ascensão ao Céu, é a vitória do *amor*, é o *fruto do supremo ato de amor* que realizou exatamente *com Sua paixão e morte na cruz*, para a qual todos os Seus atos de amor na vida anterior estavam orientados. Sendo assim, se vê claramente que tivemos razão em falar sempre da *paixão e morte* de Cristo ou do Seu *sacrifício expiatório* na cruz como manifestação de Deus-Amor. Pois foi com isso que Jesus realizou e consumou a Sua “obra”<sup>75</sup>, que era Seu ato supremo de amor<sup>76</sup> e a máxima manifestação do amor de Deus aos homens, sendo uma realização estupenda de amor misericordioso.

Olhando para Jesus *glorificado* junto do Pai ou no Pai, vemos o fruto ou a vitória do *amor que Ele viveu como homem nesta terra*, caminhando para o Pai. E este amor, como amor *divino*, é também o amor do *Pai* que O enviou, manifestando assim também o amor do Pai, como também o Espírito Santo, que é, em pessoa, a comunhão de amor do Pai e do Filho. E quando olhamos para Jesus *crucificado*, O vemos sempre à luz do *fruto* desse Seu ato supremo de amor, à luz da Sua glória junto do Pai como nosso Redentor crucificado e ressuscitado<sup>77</sup>. Não será que Jesus manteve em Seu corpo glorificado os sinais da Sua paixão e morte (as chagas) não somente como sinais de identificação (é realmente o Crucificado que está

---

<sup>75</sup> Cf. Jo 4,34: “O meu alimento é fazer a vontade daquele que me enviou e levar a termo a sua obra”; 17,4: “Eu te glorifiquei na terra, realizando a obra que me deste para fazer.”

<sup>76</sup> Cf. Jo 15,13: “Ninguém tem amor maior do que aquele que dá a vida por seus amigos.”

<sup>77</sup> Cf., no Apocalipse, o “Cordeiro” “como que imolado”, mas “de pé”, vivo (Ap 5,6).

novamente vivo), mas como *eterna manifestação* desse *Seu supremo ato de amor*?

Assim fica clara a conexão que, no Mistério Pascal, há entre a paixão e morte na cruz, de um lado, e as etapas da glorificação de Jesus, do outro lado. É a máxima obra de amor com seu fruto, com seus efeitos para Jesus mesmo e, por Ele, para toda a humanidade. Deste modo, é bem compreensível que nas nossas igrejas encontremos sempre um crucifixo, uma imagem de Jesus *crucificado*, não de Jesus ressuscitado. Pois deste modo é colocada diante dos nossos olhos

a *máxima manifestação do amor de Deus por nós* – amor-bondade, amor santo, justo, sábio, todo-poderoso e, acima de tudo, *misericioso* –, o *modelo perfeito do amor a Deus* a ser imitado por nós, a *via* aberta para chegar à felicidade eterna em Deus, no Pai. “Per crucem ad lucem” – “pela cruz à luz” ou, como se exprime o Apóstolo Paulo: “Se morremos com ele, também com ele viveremos” (2Tm 2,11; cf. Rm 6,8; Fl 3-10-11).

### Reflexão final

A “Páscoa” de Jesus é um mistério central da fé cristã, e é, essencialmente e acima de tudo, um mistério de *amor*, revelação de Deus que é Amor. Este Deus-Amor é um só, mas é o *Pai* e o *Filho encarnado* e o *Espírito Santo*. O mistério pascal de Jesus revela, portanto, o Deus-Amor que é Pai e Filho e Espírito Santo.

O Pai revela o Seu amor<sup>78</sup> como amor de *Pai*, de origem sem origem, quer dizer: Ele revela o Seu amor *enviando o Seu Filho* para Se fazer homem e realizar o sacrifício expiatório-redentor por toda a humanidade.

O Filho revela Seu amor como amor do *Filho*, isto é, como o *enviado* pelo Pai para Se fazer homem, manifestando assim visivelmente o amor do Pai, e também como aquele que, como homem, dá ao Pai a *resposta de amor* (culminando no sacrifício da cruz) em nome e para a salvação de todos os homens. Revela ainda Seu amor como amor do Filho, sendo não somente aquele que procede do Pai (é “gerado” e também enviado), mas

---

<sup>78</sup> Sem dúvida, é o único e idêntico amor divino, um único e indivisível ato eterno de amor, que é o Pai e o Filho e o Espírito Santo; quer dizer que no amor divino mesmo não há uma distinção real. No entanto, o Pai é este amor divino *como Pai*, ou seja, o Pai é este amor divino como relação de paternidade, enquanto o Filho é o mesmo amor como relação de filiação, e o Espírito Santo é este idêntico amor divino como relação de origem que, por falta de nome próprio, chamamos de “expiração passiva”.

também aquele *de quem procede o Espírito Santo*. O Espírito Santo, com efeito, procede do ato de amor comum e mútuo do Pai e do Filho, sendo, como pessoa, o amor procedente de ambos, a Sua união ou comunhão de amor. Sendo esta uma propriedade da pessoa do Espírito Santo, é “*no Espírito Santo*” que o Filho encarnado realiza Seu ato supremo de amor ao Pai, bem como aos homens pecadores.

Deste modo, o *Espírito-Amor* é para nós o “*Dom*” do Pai e do Filho, manifestação, portanto, do amor do Pai e do Filho por nós. Notemos, porém, que o Espírito Santo é para nós o dom do Pai, enquanto o Pai envia Seu Filho para realizar o *sacrifício expiatório* da cruz, e o Espírito é dom do Filho, enquanto este Se oferece ao Pai como *vítima de expiação* pelos homens pecadores. Em outras palavras: o Filho encarnado mereceu, obteve para os homens pecadores o dom do Espírito Santo *através da Sua paixão e morte na cruz*; o dom do Espírito Santo é para nós o “fruto” do sacrifício da cruz de Jesus. O dom do Espírito Santo (Pentecostes) é, portanto, *manifestação do amor do Filho encarnado e crucificado*, como também do *amor do Pai*; sim, também do amor do Pai, pois o Filho encarnado, com Seu sacrifício expiatório, é para os homens pecadores *dom do Pai*.

Tanto o Filho como o Espírito Santo são, portanto, para nós *dom do Pai* e, assim, manifestação do Seu amor por nós; o Espírito Santo, porém, não é somente dom do Pai, mas *também do Filho* e, exatamente, do Filho encarnado, de Jesus crucificado, isto é, de Jesus que na cruz dá ao Pai a resposta suprema de amor, amor de Filho ao Pai. Aqui vemos – justamente na paixão e morte de Jesus na cruz! – transparecer o mistério da vida divina trinitária: o Espírito Santo não procede somente do Pai, mas também do Filho e, exatamente, do *Seu amor ao Pai*. Portanto:

na vida divina trinitária, o Espírito Santo procede (do amor do Pai e) do *amor do Filho ao Pai*;

na autocomunicação das pessoas divinas aos homens, o dom do Espírito Santo a eles é o fruto do *amor do Filho encarnado ao Pai*, que é, como ápice, o Seu *sacrifício expiatório* na cruz.

Assim, o dom do Espírito Santo para nós, como “fruto” do sacrifício da cruz de Jesus, é uma *manifestação*, no nível das “missões divinas” (envio do Filho e do Espírito Santo), da *processão do Espírito Santo* não somente do amor do Pai, mas também da *eterna resposta de amor do Filho ao Pai*. Aliás, foi deste modo – através das missões divinas – que nós chegamos a conhecer o mistério da processão do Espírito Santo.

Vê-se, portanto, que também a partir da reflexão sobre a vida divina trinitária se chega a reconhecer que a exigência da expiação ou reparação do pecado por parte do homem – exigência satisfeita de um modo superabundante pelo sacrifício expiatório de Jesus – não contradiz nem diminui o amor de Deus pelos homens pecadores. Pelo contrário! Correspondendo ao mistério trinitário de Deus-Amor, revela mais perfeitamente a natureza ou as características do amor que está na origem da encarnação redentora do Filho de Deus. Vimos que é o amor *misericioso*, por ser, ao mesmo tempo, amor santo, sábio, justo e todo-poderoso.

É um erro lamentável pensar – e ensinar – que a manifestação da misericórdia de Deus seria maior, se Ele simplesmente perdoasse ao homem o pecado, sem requerer uma reparação adequada da ofensa divina. E porque se pensa assim, se chega a negar o sacrifício expiatório de Jesus, o que equivale a “esvaziar a força da cruz de Cristo” (1Cor 1,17) e a desconhecer a verdadeira grandeza do amor que se manifesta no mistério pascal de Cristo. Em todo caso, o sacrifício expiatório da cruz do Senhor é uma manifestação bem maior da misericórdia divina do que seria um “simples” perdão. Além disso, não será que da afirmação de que Deus poderia ter simplesmente perdoado aos homens pecadores, se pode dizer a mesma coisa que foi dito a respeito da afirmação de que, em vez do Filho, o Pai ou o Espírito Santo Se poderia ter encarnado? Esta última afirmação só se pode fazer se se considera unicamente o *poder* divino, que é igual em cada uma das três pessoas divinas. Mas quando se considera a propriedade pessoal de cada uma das três pessoas divinas, se pode chegar a reconhecer que foi maximamente conveniente que o Filho Se fizesse homem, com a missão redentora. Seria muitíssimo inconveniente que o Pai ou o Espírito Santo Se encarnasse. Ora, Deus não faz, não pode fazer o que é contra a Sua sabedoria! Assim, também com relação ao perdão do pecado, Deus não pode *negar a Si mesmo* ou fazer o que *não seria de acordo com a Sua sabedoria, santidade, justiça*; não se deve considerar somente a Sua onipotência ou Sua soberania absoluta, podendo agir sem depender de alguém superior.<sup>79</sup>

A reflexão sobre a revelação do Deus-Amor no mistério pascal de Jesus Cristo nos fez reconhecer que a razão de ser deste mistério é *realmente e inteiramente o amor*, e a finalidade da paixão e morte de Jesus na cruz é a *vitória do amor divino*: que o Pai, pelo Filho, no Espírito Santo, possa

---

<sup>79</sup> Cf. N. THANNER, *O porquê da Cruz (II)*: 2 (2001), 30-35.

doar-Se a nós, Suas criaturas ingratas que O ofenderam e se afastaram da Sua amizade. Primário e fundamental é, portanto, o amor que se quer *doar* (amor-bondade), e este amor é amor *sábio*<sup>80</sup>, *santo, justo e todo-poderoso*, e se manifesta maximamente como amor *misericioso*.

Nathanael Thanner ORC

---

<sup>80</sup> Ao refletir sobre o Deus-Amor revelado no Mistério Pascal, damos o acento sobre o amor, falando de “amor sábio”, não “sabedoria amorosa”. Certamente, o amor divino não é um amor “cego” e, neste sentido, pressupõe a sabedoria. Mas o mistério pascal de Jesus é, em primeiro lugar e sobretudo, uma revelação do Deus-Amor. Além disso, considerando a relação de Deus às Suas criaturas, em geral, podemos dizer que as criaturas existem pelo amor de Deus. Este amor pressupõe logicamente o conhecimento perfeito de criaturas *possíveis* a serem criadas, não de criaturas *existentes*. É com o ato de vontade (amor) que Deus faz existir determinadas criaturas e não outras. É o amor divino (vontade de comunicação, de dom de Si) que faz com que o homem exista e seja (novamente) filho de Deus. Sem este amor divino à criatura, Deus seria sabedoria e amor, mas não existiria a criatura. Ela seria objeto do *conhecimento* de Deus, mas não objeto do Seu *amor*. Neste sentido, o amor de Deus e não a sabedoria é, em vista da criatura ou também do ponto de vista da criatura, o que recebe o acento: *amor* sábio em vez de *sabedoria* amorosa.

## Índice

|                                                                                                               |           |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>Introdução .....</b>                                                                                       | <b>6</b>  |
| <b>I. A questão: os atributos de Deus que se manifestam na paixão e morte de Jesus na cruz .....</b>          | <b>8</b>  |
| <b>II. A explicação da paixão e morte de Cristo pela substituição penal e pela ira divina .....</b>           | <b>9</b>  |
| 1. A explicação .....                                                                                         | 9         |
| 2. A refutação da explicação da obra redentora pela substituição penal e pela ira ou justiça punitiva .....   | 11        |
| <b>III. A Revelação do amor de Deus na paixão e morte de Jesus na cruz.....</b>                               | <b>14</b> |
| 1. O amor manifestado no sacrifício da cruz de Cristo.....                                                    | 14        |
| 2. Revelação do amor do Pai .....                                                                             | 15        |
| <b>IV. A manifestação da justiça divina na obra redentora, segundo São Paulo .....</b>                        | <b>20</b> |
| <b>V. Amor e justiça – a revelação do <i>amor justo</i> de Deus.....</b>                                      | <b>25</b> |
| <b>VI. Amor e ira de Deus – a revelação do <i>amor santo</i> de Deus.....</b>                                 | <b>34</b> |
| <b>VII. A “loucura da cruz” e a “fraqueza da cruz” – revelação do amor sábio e todo-poderoso de Deus.....</b> | <b>39</b> |
| <b>VIII. A máxima revelação do amor misericordioso de Deus na paixão e morte de Jesus na cruz .....</b>       | <b>42</b> |
| <b>IX. A posição da paixão e morte de Jesus no Seu mistério pascal, manifestação de Deus-Amor.....</b>        | <b>46</b> |
| <b>Reflexão final .....</b>                                                                                   | <b>49</b> |

